

AVALIAÇÃO ATUARIAL

Data Focal: 31/12/2017

Município de
POMPÉU - MG

SUMÁRIO

1. OBJETIVO	4
2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....	4
3. OBSERVAÇÕES SOBRE O RPPS INSTITUÍDO	5
4. BASE CADASTRAL E DADOS UTILIZADOS	6
4.1. Dados Fornecidos	6
4.2. Estatísticas	6
4.2.1. Ativos	6
4.2.2. Aposentados	8
4.2.3. Pensionistas	9
5. PLANO DE BENEFÍCIOS	10
5.1. Aposentadoria por Tempo de Contribuição	10
5.2. Aposentadoria por Invalidez.....	10
5.3. Aposentadoria Compulsória	12
5.4. Aposentadoria por Idade.....	13
5.5. Pensão por Morte.....	13
5.6. Auxílio Doença.....	13
5.7. Auxílio Reclusão	14
5.8. Salário-Família	14
5.9. Salário-Maternidade	14
5.10. Condições de Elegibilidade e Regras de Transição	14
5.11. Regras Permanentes.....	17
5.12. Regras de Transição.....	21
5.13. Direito Adquirido	25
5.14. Tabela de Redução para concessão de Aposentadorias pela Regra de Transição.....	30
6. HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS	32
6.1. Taxa Real de Juros.....	32
6.2. Crescimento dos Salários (Crescimento da Remuneração ao Longo da Carreira)	32
6.3. Crescimento dos Benefícios	32
6.4. Turn-over (Rotatividade).....	32
6.5. Compensação Financeira	32
6.6. Novos Entrados & Crescimento da Massa de Servidores & Gerações Futuras	32
6.7. Bases Biométricas	33
6.8. Composição Familiar.....	33
6.9. Capacidade Salarial	34
6.10. Capacidade de Benefício	34
6.11. Estimativa de Crescimento Real do Teto do RGPS.....	34

6.12.	Outras Hipóteses e Considerações	34
7.	REGIMES FINANCEIROS	35
8.	PLANO DE CUSTEIO E RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL.....	36
8.1.	Valores Resultantes da Avaliação Atuarial	36
8.2.	Análise Comparativa e Posição do Plano de Benefícios Plano de Custeio.....	37
8.3.	Plano de Custeio	39
8.3.1.	Alíquotas	39
8.3.2.	Plano de Amortização do Déficit Atuarial	40
9.	PROVISÕES, FUNDOS E RESERVAS TÉCNICAS	41
9.1.	Posição das Provisões, Fundos e Reservas Técnicas	41
9.2.	Reservas e Provisões	42
9.2.1.	Reserva de Benefícios a Conceder	42
9.2.2.	Reserva de Benefícios Concedidos	42
9.2.3.	Reserva de Contingência.....	43
9.2.4.	Reserva para Ajustes do Plano	44
9.2.5.	Reserva de benefícios a regularizar	44
9.3.	Aplicação.....	44
10.	ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL.....	44
11.	PARECER E CONCLUSÕES	45
	ANEXOS	1

AVALIAÇÃO ATUARIAL Fundo Previdenciário

1. OBJETIVO

O presente estudo tem como finalidade reavaliar o plano de benefícios previdenciários do **Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Pompéu – MG, gerido pelo Instituto de Previdência Social do Município de Pompéu - IPSEMP**, na focal de 31/12/2017 e nos termos da **Lei Complementar n. 003/2014**, à luz das disposições legais da Emenda Constitucional n° 20/98, da Emenda Constitucional n° 41/03, da Emenda Constitucional n°47/05, da Lei Complementar Federal N° 101/00, da Lei Federal n° 9.717/98, das Portarias MPS n° 402/08 e n° 403/08 e da legislação municipal pertinente, todas com a redação vigente na data focal da presente avaliação.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Apenas para os fins deste estudo, definimos e/ou conceituamos:

- a) Participantes-titulares: são as pessoas físicas, seguradas do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município;
- b) Participantes-dependentes: são as pessoas físicas, dependentes e com vínculo direto aos participantes-titulares, nos termos da Lei;
- c) Empregadores: o ente municipal, incluídos suas autarquias e órgãos, ao qual estão vinculados os participantes-titulares e que contribuem para o RPPS;
- d) Participantes-assistidos: pessoas físicas, participantes do RPPS, em gozo de algum dos benefícios previdenciários do RPPS;
- e) Salário Real ou Remuneração de Contribuição (SRC): remuneração sobre a qual é calculada a contribuição do participante e que serve de base para o cálculo de seu benefício;
- f) Salário Real ou Provento de Benefício (SRB): é o valor do benefício inicial do participante assistido, antes da aplicação do limite inferior e superior previsto na legislação, porém com as demais regras aplicáveis ao caso específico do participante;
- g) Ativo Líquido: bens e direitos do RPPS, líquidos dos exigíveis operacionais e contingenciais, dos fundos e provisões, que serão utilizados na apuração do resultado do regime;
- h) Contribuição Normal ou Custo Normal: montante ou percentual destinado a custear os benefícios, em conformidade com o regime financeiro e método atuarial adotado;
- i) Contribuição Especial, Extraordinária ou Custo Suplementar: montante ou percentual (sobre o SRC) destinado a amortizar déficits ou insuficiências apuradas e levantadas em avaliação atuarial;
- j) Passivo Atuarial: valor atual dos benefícios futuros, líquido do valor atual das contribuições normais e especiais futuras, de acordo com os métodos e hipóteses atuariais adotados;

- k) Déficit Técnico: diferença, quando negativa, entre o Ativo Líquido, o Passivo Atuarial e o resultado, positivo ou negativo, da compensação previdenciária estimada entre o RPPS e o Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
- l) Superávit Técnico: diferença, quando positiva, entre o Ativo Líquido, o Passivo Atuarial e o resultado da compensação previdenciária estimada;
- m) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder: é a diferença, calculada atuarialmente, entre o valor atual dos benefícios futuros, a conceder aos participantes-titulares não classificados como riscos iminentes, o valor atual das contribuições normais e especiais futuras e o resultado da compensação previdenciária estimada (positivo ou negativo) entre o RPPS e o RGPS relativa a benefícios a conceder;
- n) Reserva de Matemática de Benefícios Concedidos: é a diferença, calculada atuarialmente, entre o valor atual dos compromissos futuros para com os participantes em benefício e para com os participantes-titulares em atividade, classificados como riscos iminentes, o valor atual das contribuições normais e especiais futuras dos respectivos participantes e o resultado da compensação previdenciária estimada (positivo ou negativo) entre o RPPS e o RGPS relativa a benefícios concedidos;
- o) Mínimo Exigível ou Meta Atuarial: é a rentabilidade nominal mínima que o ativo líquido deve apresentar de forma a dar consistência ao plano de benefícios e ao plano de custeio, de maneira a garantir o equilíbrio financeiro-atuarial exigido pela Lei Complementar Federal 101/00;
- p) Ativos: participantes-titulares em plena atividade profissional. Nesta categoria estão também incluídos os participantes vinculados e/ou licenciados, por qualquer razão;
- q) Inativos ou Aposentados: participantes-titulares que já se encontram aposentados;
- r) Pensionistas: os dependentes de participante-titular que auferem benefício de pensão por morte;
- s) Risco Iminente: situação na qual o participante já teria implementado as condições necessárias para a concessão de benefício de aposentadoria, porém ainda não o requereu ou ainda não lhe foi concedido. Os participantes nessa situação são tratados como se em benefício estivessem, para fins de cálculo.

3. OBSERVAÇÕES SOBRE O RPPS INSTITUÍDO

A Lei Complementar n. 003/2014, reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores titulares de cargo efetivo, da administração direta e indireta do município, de suas autarquias e fundações, bem como do Poder Legislativo local.

A operacionalização do RPPS do município foi consubstanciada por meio de um Fundo Previdenciário, estruturado em regime capitalizado, e gerido por meio do Instituto de Previdência Social do Município de Pompéu, autarquia municipal.

Na data focal da presente avaliação, o RPPS do ente contemplava o seguinte rol de benefícios/auxílios:

- a) aposentadoria tempo de contribuição;
- b) aposentadoria por invalidez;
- c) aposentadoria compulsória;
- d) aposentadoria por idade;
- e) pensão por morte;
- f) auxílio-doença;
- g) auxílio-reclusão;
- h) salário-família; e
- i) salário-maternidade.

4. BASE CADASTRAL E DADOS UTILIZADOS

4.1. Dados Fornecidos

Para a realização do presente estudo foram fornecidos os seguintes dados e demonstrativos:

- a) dados de gestão, na posição da data-focal da avaliação;
- b) arquivo magnético contendo dados dos servidores ativos e inativos, bem como dos eventuais pensionistas oriundos desses, todos pertencentes ao RPPS;
- c) termos de parcelamento vigentes, quando existentes; e
- d) cópia das leis locais relativas ao RPPS do ente.

Após a recepção e análise dos dados, foram realizados testes de consistência nas bases de dados.

É nosso parecer que os dados recebidos apresentavam a amplitude e a consistência necessárias e adequadas para a realização da presente avaliação e, face à posição data focal da massa de dados, também a desejada atualização. Entretanto, há de se salientar que os resultados e conclusões apresentados são diretamente decorrentes desses.

4.2. Estatísticas

Os dados recebidos foram agrupados e tabulados, de acordo com as necessidades do estudo. Dentre outros resultados e tabulações obtidos, gerados e apresentados no decorrer da avaliação.

4.2.1. Ativos

Para fins de gestão e conhecimento da massa de segurados ativos, são apresentados, a seguir, quadros com as estatísticas básicas da massa, bem como a frequência de admissão por ano, a distribuição

no que se refere ao teto do RGPS, estimativas de aposentadorias, dentre outros.

Quadro Q01 - Segurados Ativos						
Descrição	Feminino	Masculino	TOTAL	Dez/2016	Dez/2015	Dez/2014
Número de Participantes	811	184	995	1.044	1.058	1.088
Idade Média (anos)	43,4	44,6	43,6	43,1	42,4	41,6
Menor Salário de Contribuição	R\$ 937,00	R\$ 937,00	R\$ 937,00	R\$880,00	R\$ 788,00	R\$ 724,00
Salário Médio de Contribuição	R\$ 1.591,48	R\$ 1.390,82	R\$ 1.554,37	R\$1.376,35	R\$ 1.216,53	R\$ 1.145,57
Maior Salário de Contribuição	R\$ 6.445,61	R\$ 5.949,78	R\$ 6.445,61	R\$5.931,38	R\$ 5.311,52	R\$ 5.314,42
Folha Mensal de Salários de Contribuição	R\$ 1.290.692,19	R\$ 255.910,08	R\$ 1.546.602,27	R\$1.436.904,89	R\$1.287.093,78	R\$1.246.376,25
Tempo Médio de vinculação ao RPPS	11,5	12,1	11,6	10,7	9,8	9,3
Tempo Médio até a aposentadoria	16,0	19,5	16,6	15,9	15,8	17,7
Idade Média estimada de Aposent	59,4	64,1	60,3	59,0	58,3	59,3
Idade Média de Admissão no Ente	32,0	32,5	32,1	32,4	32,7	32,6

Fonte: dados do ano-focal oriundos da Avaliação Atuarial. Demais anos oriundos das Avaliações Anteriores e do DRAA do site da SPS/MPS.

Quadro Q02 - Segurados Ativos Professores						
Descrição	Feminino	Masculino	TOTAL	Dez/2016	Dez/2015	Dez/2014
Numero de Participantes	267	2	269	277	227	226
Idade Média (anos)	45,0	45,0	45,0	44,4	44,5	43,4
Salário Médio de Contribuição	R\$ 1.962,55	R\$ 2.854,77	R\$ 1.969,19	R\$ 1.765,52	R\$ 1.591,38	R\$ 1.407,77
Maior Salário de Contribuição	R\$ 3.161,66	R\$ 3.546,85	R\$ 3.546,85	R\$ 3.859,10	R\$ 2.958,97	R\$ 2.629,48
Folha Mensal de Salários de Contribuição	R\$ 524.001,51	R\$ 5.709,53	R\$ 529.711,04	R\$ 477.557,67	R\$ 356.719,71	R\$ 318.155,24
% da Folha de Prof. sobre a Folha Geral	40,6%	2,2%	34,2%	33,2%	27,7%	25,5%
Tempo Médio de vinculação ao RPPS	11,3	10,0	11,3	10,5	10,7	10,1
Tempo Médio até a aposentadoria	14,6	19,0	14,7	11,6	10,9	12,9
Idade Média estimada de Aposent	59,7	64,0	59,7	56,0	55,4	56,3
Idade Média de Admissão no Ente	33,8	35,0	33,8	33,9	33,8	33,6

Fonte: dados do ano-focal oriundos da Avaliação Atuarial. Demais anos oriundos das Avaliações Anteriores e do DRAA do site da SPS/MPS.

Quadro Q03 - Número de Segurados Ativos Admitidos por Ano	
Ano de Admissão	Número de Admitidos
Até o ano de 2010	787
2011	1
2012	116
2013	35
2014	34
2015	5
2016	16
2017	1
TOTAL	995

Fonte: Avaliação Atuarial.

Quadro Q04 - Segurados Ativos com Remuneração Acima do Teto do RGPS			
Rubrica	Feminino	Masculino	Total Geral
Frequencia de Segurados	5	2	7
Folha Mensal de SC	R\$ 31.151,64	R\$ 11.511,86	R\$ 42.663,50
SC Médio	R\$ 6.230,33	R\$ 5.755,93	R\$ 6.094,79
Parcela ate o Teto RGPS	R\$ 27.656,55	R\$ 11.062,62	R\$ 38.719,17
Parcela Acima do Teto RGPS	R\$ 3.495,09	R\$ 449,24	R\$ 3.944,33
Parcela Média Acima do Teto RGPS	R\$ 699,02	R\$ 224,62	R\$ 563,48
% Médio do SC, acima do Teto RGPS	11,2%	3,9%	9,2%
Idade Média de Entrada	33,60	36,00	34,29
Idade Média	46,80	49,50	47,57
Idade Média Estimada de Aposentadoria (em anos)	60,20	63,50	61,14
Tempo Médio de Admissão (em anos)	13,20	13,50	13,29

Fonte: Avaliação Atuarial.

Quadro Q05 - Estimativa de Aposentadorias não-invalidez dos Atuais Segurados Ativos, para um Horizonte Temporal de 35 anos						
Ano	NÃO-Professores		Professores		TOTAL	
	Número de Servidores	Folha Mensal Estimada de Benefícios	Número de Servidores	Folha Mensal Estimada de Benefícios	Número de Servidores	Folha Mensal Estimada de Benefícios
2018	36	55.217,28	9	16.292,84	45	71.510,12
2019	12	18.808,45	2	4.461,00	14	23.269,45
2020	16	25.462,89	4	9.180,41	20	34.643,30
2021	16	25.800,52	6	11.955,30	22	37.755,82
2022	33	50.955,81	3	6.116,20	36	57.072,01
2023	22	30.150,71	3	6.472,34	25	36.623,05
2024	18	21.598,97	2	3.115,72	20	24.714,69
2025	25	46.476,71	8	17.198,16	33	63.674,87
2026	15	21.692,05	5	9.740,08	20	31.432,13
2027	33	49.835,93	3	5.506,80	36	55.342,73
2028	25	39.498,32	4	7.952,22	29	47.450,54
2029	25	38.347,29	5	10.458,73	30	48.806,02
2030	36	54.763,93	8	16.694,98	44	71.458,91
2031	34	52.175,48	8	17.034,49	42	69.209,97
2032	35	53.808,39	11	23.105,76	46	76.914,15
2033	71	110.782,40	21	44.062,47	92	154.844,87
2034	46	73.842,98	9	18.163,48	55	92.006,46
2035	22	38.007,78	3	5.433,28	25	43.441,06
2036	29	43.049,70	6	11.650,89	35	54.700,59
2037	37	51.574,85	4	9.130,43	41	60.705,28
2038	38	54.157,34	5	10.585,54	43	64.742,88
2039	43	59.130,95	5	8.182,18	48	67.313,13
2040	15	29.853,09	2	4.364,83	17	34.217,92
2041	21	30.654,45	2	4.068,78	23	34.723,23
2042	36	50.517,77	0	0,00	36	50.517,77
2043	31	39.026,50	2	4.217,00	33	43.243,50
2044	18	20.499,92	0	0,00	18	20.499,92
2045	18	23.263,61	0	0,00	18	23.263,61
2046	11	12.528,42	0	0,00	11	12.528,42
2047	12	12.728,98	0	0,00	12	12.728,98
2048	13	13.014,70	0	0,00	13	13.014,70
2049	7	7.678,24	0	0,00	7	7.678,24
2050	2	2.121,10	0	0,00	2	2.121,10
2052	1	1.030,70	0	0,00	1	1.030,70
2053	2	1.927,56	0	0,00	2	1.927,56
2054	1	1.474,59	0	0,00	1	1.474,59
Total Geral	855	1.261.458,36	140	285.143,91	995	1.546.602,27

Fonte: Avaliação Atuarial.

Nota: valores monetários em valores da data-focal da avaliação.

4.2.2. Aposentados

Nos quadros seguintes, pode-se observar a posição da massa de inativos do Regime, estatísticas básicas e algumas estimativas extraídas dos cálculos do presente estudo, dentre outros.

Quadro Q06 - Inativos						
Descrição	Feminino	Masculino	TOTAL	Dez/2016	Dez/2015	Dez/2014
Numero de Participantes	155	64	219	180	127	151
Idade Média (anos)	60,7	64,8	61,9	61,8	59,3	60,8
Benefício Médio	R\$1.343,41	R\$1.288,15	R\$1.327,26	R\$1.217,89	R\$1.182,60	R\$1.026,46
Folha Mensal de Benefícios	R\$208.228,35	R\$82.441,30	R\$290.669,65	R\$219.220,25	R\$150.190,81	R\$156.262,66
Tempo Médio já em Benefício	4,9	4,7	4,9	4,8	2,7	13,5
Idade Média de Aposentadoria	55,7	60,1	57,0	57,0	4,2	4,0
% da Folha de Invalidez sobre o Total			29,51%	24,59%	30,90%	29,07%

Fonte: dados do ano-focal oriundos da Avaliação Atuarial. Demais anos oriundos das Avaliações Anteriores e do DRAA do site da SPS/MPS.

Quadro Q07 - Número de Benefícios de Aposentadoria Iniciados no ano, POR Sexo e Tipo de Aposentadoria						
Ano	Não-Invalidez		Invalidez		Total	% de Inválidos
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino		
Anterior a 2015	54	30	39	9	132	36,4%
2015	14	10	4	2	30	20,0%
2016	8	3	2	0	13	15,4%
2017	18	5	11	4	38	39,5%
TOTAL	94	48	56	15	213	33,3%
%	44,1%	22,5%	26,3%	7,0%	100,0%	
Estimativa de Mortes p/ proximo Período	0,5	0,7	0,4	0,2	1,7	

Fonte: Avaliação Atuarial.

Quadro Q08 - Número de Benefícios de Aposentadoria Iniciados no ano			
Ano	Não-Invalidez	Invalidez	Total
Até 2011	40	31	71
2012	13	6	19
2013	20	4	24
2014	11	7	18
2015	24	6	30
2016	11	2	13
2017	23	15	38
TOTAL	142	71	213

Fonte: Avaliação Atuarial.

4.2.3. Pensionistas

A seguir, apresentamos a posição da massa de pensionistas, bem como suas estatísticas e projeções.

Quadro Q09 - Pensionistas						
Descrição	Feminino	Masculino	TOTAL	Dez/2016	Dez/2015	Dez/2014
Numero de Pensões	17	11	28	21	21	17
Idade Média (anos)	57,5	47,2	53,5	54,3	49,9	52,5
Benefício Médio	R\$ 1.057,47	R\$ 1.243,63	R\$ 1.129,07	R\$ 969,46	R\$ 970,27	R\$ 760,78
Folha Mensal de Benefícios	R\$ 16.919,55	R\$ 12.436,31	R\$ 29.355,86	R\$ 20.358,74	R\$ 18.435,15	R\$ 12.933,33
Tempo Médio já em Benefício (anos)	5,3	5,9	5,5	5,7	5,3	5,1
Idade Média de entrada em benefício	52,3	41,4	48,0	48,6	45,0	8,5
Duração Média dos Benefícios Temporários (anos)			1,75	3,50	3,75	0,00

Fonte: dados do ano-focal oriundos da Avaliação Atuarial. Demais anos oriundos das Avaliações Anteriores e do DRAA do site da SPS/MPS.

Quadro Q10 - Número de Benefícios de Pensão iniciados no ano				
Ano	Feminino	Masculino	Total	%
Anterior a 2015	9	7	16	61,54%
2015	2	0	2	7,69%
2016	2	1	3	11,54%
2017	3	2	5	19,23%
TOTAL	16	10	26	100,00%
%	61,54%	38,46%		

Fonte: Avaliação Atuarial.

5. PLANO DE BENEFÍCIOS

Para melhor compreensão da presente avaliação, apresentamos a seguir um breve resumo dos critérios de concessão dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte que norteiam a presente.

5.1. Aposentadoria por Tempo de Contribuição

A aposentadoria por tempo de contribuição consiste em uma renda mensal vitalícia ao participante-titular, depois de satisfeitas as condições necessárias para a sua concessão.

A aposentadoria é concedida nos termos da Constituição Federal e respectivas Emendas Constitucionais, observadas a regra permanente e as regras de transição estabelecidas nesses dispositivos, bem como à luz da legislação municipal e dispositivos infra-legais pertinentes.

É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria, pelo mesmo participante-titular, por conta do RPPS, salvo os casos permitidos em Lei.

A renda mensal inicial é reajustada na forma da Lei e o valor inicial estabelecido em conformidade com a regra aplicável ao participante.

Em qualquer hipótese, é garantido um benefício inicial equivalente, pelo menos, ao salário mínimo vigente.

Para fins de estimativa e projeção, na avaliação atuária é aplicada a regra aplicável ao participante que conduza ao maior valor de Renda mensal Inicial (RMI).

5.2. Aposentadoria por Invalidez

A aposentadoria por invalidez consiste em uma renda mensal vitalícia ao participante-titular que for considerado totalmente inválido para o exercício de atividade remunerada e incapaz de readaptação, em exame médico realizado por junta médica indicada, tudo em conformidade com a Lei Federal e as disposições específicas da legislação municipal.

A renda é paga enquanto permanecer a condição de invalidez.

O provento de aposentadoria por invalidez é sempre proporcional ao tempo de contribuição, exceto se a invalidez for decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, conforme especificado em lei.

A renda mensal inicial é reajustada na forma do Regulamento do RPPS e o valor inicial estabelecido em conformidade com a regra aplicável ao participante.

Em qualquer hipótese, é garantido um benefício inicial equivalente, pelo menos, ao salário mínimo vigente.

Considera-se acidente em serviço aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Equipara-se ao acidente em serviço, dentre outros:

- a) o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído

- diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;
- b) acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:
 - i. ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
 - ii. ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
 - iii. ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
 - iv. ato de pessoa privada do uso da razão; e
 - v. desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.
 - c) a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo;
 - d) o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:
 - i. na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
 - ii. na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
 - iii. em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e
 - iv. no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

São também considerados no exercício do cargo, os períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante.

Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, as estabelecidas pela legislação vigente na data-base do presente estudo, tais como:

- a) tuberculose ativa;
- b) hanseníase;
- c) alienação mental;
- d) neoplasia maligna;
- e) cegueira posterior ao ingresso no serviço público;
- f) paralisia irreversível e incapacitante;

- g) cardiopatia descompensada;
- h) doença de Parkinson;
- i) espondiloartrose anquilosante;
- j) nefropatia grave;
- k) estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante);
- l) síndrome da deficiência imunológica adquirida-Aids;
- m) contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada;
- n) hepatopatia grave;
- o) leucemia;
- p) pênfigo foleáceo; e
- q) outras que vierem a ser assim definidas em lei.

5.3. Aposentadoria Compulsória

A aposentadoria compulsória consiste em uma renda mensal vitalícia ao participante-titular, depois de satisfeitas as condições necessárias para a sua concessão.

A aposentadoria é concedida ao participante-titular aos 75 anos de idade, nos termos da Constituição Federal e respectivas Emendas Constitucionais, observadas a regra permanente e as regras de transição estabelecidas nesses dispositivos, bem como à luz da legislação municipal e dispositivos infra-legais pertinentes.

É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria, pelo mesmo participante-titular, por conta do RPPS, salvo os casos permitidos em Lei.

A renda mensal inicial é reajustada na forma do Regulamento do RPPS e o valor inicial estabelecido em conformidade com a regra aplicável ao participante que conduza ao maior valor de Renda mensal Inicial (RMI).

Em qualquer hipótese, é garantido um benefício inicial equivalente, pelo menos, ao salário mínimo vigente.

Em termos de cálculo, o presente benefício é tratado como um caso particular da Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

A formulação, bem como a taxa de contribuição, está inserida na Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

5.4. Aposentadoria por Idade

A aposentadoria por idade é proporcional ao tempo de contribuição e consiste em uma renda mensal vitalícia ao participante-titular, depois de satisfeitas as condições necessárias para a sua concessão.

A aposentadoria é concedida nos termos da Constituição Federal e respectivas Emendas Constitucionais, observadas a regra permanente e as regras de transição estabelecidas nesses dispositivos, bem como à luz da legislação municipal e dispositivos infra-legais pertinentes.

É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria, pelo mesmo participante-titular, por conta do RPPS, salvo os casos permitidos em Lei.

A renda mensal inicial é reajustada na forma do Regulamento do RPPS e o valor inicial estabelecido em conformidade com a regra aplicável ao participante que conduza ao maior valor de Renda mensal Inicial (RMI).

Em qualquer hipótese, é garantido um benefício inicial equivalente, pelo menos, ao salário mínimo vigente.

Em termos de cálculo, o presente benefício é tratado como um caso particular da Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

A formulação, bem como a taxa de contribuição, está inserida na Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

5.5. Pensão por Morte

A pensão por morte consiste em uma renda mensal, vitalícia ou temporária, de acordo com a situação do(s) beneficiário(s) do participante-titular.

A pensão é concedida ao conjunto de beneficiários habilitados na data de sua concessão, sendo a cota parte individual de cada beneficiário reversível ao conjunto, quando de sua inabilitação ou extinção de seu direito.

A pensão por morte é concedida nos termos da Constituição Federal e respectivas Emendas Constitucionais, observadas a regra permanente e as regras de transição estabelecidas nesses dispositivos, bem como à luz da legislação municipal e dispositivos infra-legais pertinentes.

A renda mensal inicial é reajustada na forma do Regulamento do RPPS e o valor inicial estabelecido em conformidade com a regra aplicável ao participante-titular.

Em qualquer hipótese, é garantido um benefício inicial ao conjunto de beneficiário equivalente, pelo menos, ao salário mínimo vigente.

5.6. Auxílio Doença

O auxílio-doença consiste em uma renda mensal e temporária, correspondente ao último salário de contribuição, devido ao participante-titular ativo que venha ficar incapacitado para o trabalho, em razão de doença ou acidente, por período superior a 15 dias consecutivos. A incapacidade para o trabalho deve ser atestada por junta médica designada pelo RPPS.

Nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento do participante por motivo de doença ou acidente, é responsabilidade do ente/órgão empregador o pagamento da sua remuneração.

Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença ou acidente, dentro do período de sessenta dias seguintes à cessação do benefício anterior, este será prorrogado, ficando o ente/órgão desobrigado do pagamento relativo aos primeiros quinze dias.

O participante em gozo de auxílio-doença cuja recuperação para exercício do seu cargo ou readaptação seja impossível, poderá ser aposentado por invalidez.

5.7. Auxílio Reclusão

O auxílio-reclusão consiste em uma renda mensal e temporária, correspondente ao salário de benefício calculado (equivalente ao último salário de contribuição), a ser paga ao conjunto de dependentes do participante-titular detento recluso, enquanto tal situação perdurar.

Para a percepção do benefício pelos dependentes, o participante titular deve ter salário de contribuição igual ou inferior ao limite estabelecido em lei para elegibilidade ao benefício e não estar recebendo outra remuneração do Ente.

O auxílio-reclusão será concedido nas mesmas condições estabelecidas para a pensão por morte. Ocorrendo a morte do participante, o auxílio-reclusão será automaticamente convertido em pensão por morte.

5.8. Salário-Família

O salário-família consiste em uma quantia mensal, estabelecida na legislação vigente, ao participante ativo com salário de contribuição até o limite estabelecido, por filhos ou equiparado, ambos menores de 14 anos, ou inválidos de qualquer idade, enquanto persistir a invalidez.

O participante tem direito à quantia por cada filho existente e elegível ao critério de concessão. Quando o pai e a mãe forem participantes-titulares, ambos terão direito ao benefício.

5.9. Salário-Maternidade

O Salário-Maternidade consiste em uma renda mensal e temporária por 120 dias consecutivos, com início entre 28 antes do parto e a data de ocorrência deste, devida à participante-titular gestante, equivalente ao último salário de contribuição.

O salário-maternidade não acumulável com benefício por incapacidade (auxílio-doença, auxílio-acidente, etc.).

Da mesma forma, o salário-maternidade não se acumula com o pagamento da remuneração da participante ativa. Uma vez iniciado o pagamento do salário-maternidade, o ente/órgão empregador deve interromper o pagamento da remuneração à mesma, restabelecendo-o apenas quando cessar o período de concessão do benefício.

5.10. Condições de Elegibilidade e Regras de Transição

As Emendas Constitucionais no. 20/98, 41/03 e 47/05, cada uma a seu tempo, estabeleceram regras

e critérios para a concessão de benefícios, gerando diversos grupos, face as regras de transição e o reconhecimento de direitos anterior às suas vigências.

Apesar da Emenda Constitucional 20/98 ter alterado e estabelecido várias regras e critérios, a Emenda Constitucional no. 41/03 é a que gerou maior impacto até o momento, segundo nosso entendimento, pois veio a esclarecer, confirmar e explicitar em seu bojo, disposições, entendimentos e práticas pouco claras até então. Dentre outras, as alterações mais significativas da EC 41/03 foram:

- a) Estabelecimento de uma Regra de Transição adicional: Os servidores que tenham ingressado no serviço público até 15 de dezembro de 1998 poderão requerer a aposentadoria por tempo de contribuição, desde que tenham, no mínimo, 53 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, ou 48 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher, além do pedágio de 20% no tempo de contribuição estabelecido pela EC 20/98. Para aqueles que utilizarem dessa faculdade, haverá um abatimento de 3,5% por ano de antecipação em relação às idades de 60 anos e 55 anos, se homem ou mulher respectivamente, caso o servidor cumpra os requisitos para a aposentadoria até dezembro de 2005, ou de 5% por ano de antecipação a essas idades, caso servidor cumpra os requisitos após dezembro de 2005;
- b) Benefício Inicial pela Média: cálculo da renda mensal inicial (RMI) pela média salarial obtida por meio de 80% dos maiores salários de contribuição, atualizados monetariamente, do período de 1994 até a data de aposentadoria;
- c) Pensões: benefício de pensão integral ao servidor, para proventos até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, ou parcial (teto do RGPS acrescido de 70% da parcela excedente a este limite) para proventos que excedam a aquele limite;
- d) Fim da paridade: para aqueles que se aposentarem pelas regras da EC 41/03 e não optarem por uma regra de transição, é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. Na falta de lei específica na esfera do Ente, são aplicados os mesmos índices e na mesma periodicidade dos reajustes concedidos aos benefícios do RGPS;
- e) Previdência Complementar e Teto de Benefício: é facultada a criação de sistema de previdência complementar para os servidores públicos, na esfera de cada Ente, por meio de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com planos na modalidade de contribuição definida;
- f) Teto de Benefícios: o valor do benefício inicial dos servidores passa a ter como limite o seu último salário de contribuição;
- g) Teto remuneratório: Os valores recebidos pelos servidores públicos, bem como as aposentadorias e pensões, não poderão mais exceder:
 - i. no âmbito da União, o valor do subsídio de Ministro do STF;
 - ii. nos Estados e no Distrito Federal, a remuneração mensal ou o subsídio mensal:
 1. do Governador, no âmbito do Poder Executivo;
 2. dos Deputados Estaduais e Distritais, no âmbito do Poder Legislativo; e

3. dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos, ficando o destes últimos limitado a 90,25% do subsídio mensal dos Ministros do STF; e,

iii. nos Municípios, o subsídio do Prefeito.

h) Contribuição de inativos e pensionistas: passa a ser cobrada sobre a parcela dos proventos que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

De maneira a propiciar melhor entendimento, as condições de elegibilidade e regras de transição são apresentadas a seguir na forma de tabelas, segundo o texto da Orientação Normativa da Secretaria de Políticas Previdêcia Social do Ministério da Previdêcia Social.

5.11. Regras Permanentes

Quadro P1
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE (art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/2003)
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações.
HOMEM/MULHER
Invalidez permanente comum: proventos proporcionais ao tempo de serviço Invalidez permanente decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei: proventos integrais
Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08)
Observação: Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais considerou-se a última remuneração no cargo efetivo

Quadro P2
APOSENTADORIA COMPULSÓRIA (art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/2003)
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações.
HOMEM/MULHER
Aposentadoria aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição
Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08)
Observação: Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais considerou-se a última remuneração no cargo efetivo

Quadro P3 – Homem	
POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO Art. 40, § 1º, inciso III, “a” da CF, com redação da EC nº 41/2003	
Aplicáveis aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2004, ou àqueles que não optaram pelas regras dos art. 2º e 6º da EC 41/03 ou do art. 3º da EC 47/05.	
HOMEM	
Professor (*)	Demais Servidores
Tempo de contribuição: 10950 dias (30anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5anos) Idade mínima: 55 anos	Tempo de contribuição: 12775 dias (35anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5anos) Idade mínima: 60 anos
Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.	Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08)	Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).
Observação: - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo. - (*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.	Observação: - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo

Quadro P3 - Mulher	
POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO Art. 40, § 1º, inciso III, “a” da CF, com redação da EC nº 41/2003	
Aplicáveis aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2004, ou àqueles que não optaram pelas regras dos art. 2º e 6º da EC 41/03 ou do art. 3º da EC 47/05	
MULHER	
Professora (*)	Demais Servidores
Tempo de contribuição: 9125 dias (25anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5anos) Idade mínima: 50 anos	Tempo de contribuição: 10950 dias (30anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5anos) Idade mínima: 55 anos
Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.	Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).	Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).
Observação: - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo; - (*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.	Observação: - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo.

Quadro P4	
POR IDADE	
Art. 40, § 1º, inciso III, “b” da CF, com redação da EC nº 41/2003	
<p>Aplicáveis aos servidores titulares de cargos efetivos da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2004, ou àqueles que não optaram pelas regras dos art. 2º e 6º da EC 41/03 ou do art. 3º da EC 47/05.</p>	
HOMEM	MULHER
<p>Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 65 anos</p>	<p>Tempo no serviço público: 3650 dias (10anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 60 anos</p>
<p>Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994. Proventos proporcionais ao tempo de contribuição.</p>	<p>Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994. Proventos proporcionais ao tempo de contribuição.</p>
<p>Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.</p>	<p>Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.</p>
<p>Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).</p>	<p>Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).</p>
<p>Observação: - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo.</p>	<p>Observação: - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo.</p>

5.12. Regras de Transição

Quadro T1	
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - (art. 2º da EC 41/2003)	
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas as autarquias e fundações, que tenham ingressado até 16/12/1998.	
HOMEM	MULHER
Tempo de contribuição: 12775 dias (35 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 53 anos Pedágio: Acréscimo de 20% no tempo que faltava em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.	Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5anos) Idade mínima: 48 anos Pedágio: Acréscimo de 20% no tempo que faltava em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.
Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994. Posteriormente, aplica-se a tabela de redução	Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994. Posteriormente, aplica-se a tabela de redução
Teto do benefício: Remuneração do cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).	Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).
Observação: - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo; - Regra Especial para Professor: Acréscimo de 17% no tempo de efetivo exercício até 16/12/98, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de magistério, incluindo-se o magistério que não seja de educação infantil e do ensino fundamental e médio. Calcula-se primeiro o bônus de 17% e depois o pedágio; - Regra Especial para Magistrados, membros do Ministério Público e do TCU: Acréscimo de 17% no tempo de efetivo exercício até 16/12/98. Calcula-se primeiro o bônus de 17% e depois o pedágio.	Observação: - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo; - Regra Especial para Professora: Acréscimo de 20% no tempo de efetivo exercício até 16/12/98, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de magistério, incluindo-se o magistério que não seja de educação infantil e ensino fundamental e médio. Calcula-se primeiro o bônus de 20% e depois o pedágio.

Quadro T2 – Homem	
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - (art. 6º da EC 41/03)	
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público até 31/12/2003.	
HOMEM	
Professor (*)	Demais Servidores
Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no serviço público: 7300 dias (20 anos) Tempo na carreira: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 55 anos.	Tempo de contribuição: 12775 dias (35 anos) Tempo no serviço público: 7300 dias (20 anos) Tempo na carreira: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 60 anos
Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)	Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos	Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos
Observação: - (*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.	

Quadro T2 – Mulher	
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - (art. 6º da EC 41/03)	
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público até 31/12/2003.	
MULHER	
Professora (*)	Demais Servidoras
Tempo de contribuição: 9125 dias (25 anos) Tempo no serviço público: 7300 dias (20 anos) Tempo na carreira: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 50 anos	Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no serviço público: 7300 dias (20 anos) Tempo na carreira: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 55 anos
Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)	Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos	Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos
Observação: - (*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para a professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.	

Quadro T3	
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - (art. 3º da EC 47/05)	
<p>Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público até 16/12/1998.</p>	
HOMEM	MULHER
<p>Tempo de contribuição: 12775 dias (35 anos) Tempo no serviço público: 7300 dias (25 anos) Tempo na carreira: 5475 dias (15 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima conforme fórmula abaixo:</p> <p style="text-align: center;">Idade Mínima = 95 – TC,</p> <p>Onde: TC: tempo de contribuição e TC >= 35 anos</p>	<p>Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no serviço público: 9125 dias (25anos) Tempo na carreira: 5475 dias (15 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima conforme tabela abaixo:</p> <p style="text-align: center;">Idade Mínima = 85 – TC</p> <p>Onde: TC: tempo de contribuição e TC >= 30 anos</p>
<p>Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)</p>	<p>Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)</p>
<p>Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.</p>	<p>Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.</p>
<p>Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos</p>	<p>Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos</p>
<p>Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.</p>	<p>Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.</p>

5.13. Direito Adquirido

Quadro DA1 – Homem	
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – Por idade e Tempo de Contribuição Art. 40, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal na redação dada pela EC nº 20, de 1998 Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003 APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA (Art. 3º da EC 41/03)	
Regras aplicáveis aos servidores titulares de cargos efetivos que preencheram todas as condições de elegibilidade estabelecidas até 31/12/2003.	
HOMEM	
Professor (*)	Demais Servidores
Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 55 anos	Tempo de contribuição: 12775 dias (35 anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 60 anos
Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)	Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos	Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos
Observação: - (*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio; - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.	Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.

Quadro DA-1 Mulher	
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – Por idade e Tempo de Contribuição Art. 40, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal na redação dada pela EC nº 20, de 1998 Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003 APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA (Art. 3º da EC 41/03)	
Regras aplicáveis aos servidores titulares de cargos efetivos que preencheram todas as condições de elegibilidade estabelecidas até 31/12/2003.	
MULHER	
Professora (*)	Demais Servidores
Tempo de contribuição: 9125 dias (25 anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (cinco anos) Idade mínima: 50 anos	Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (cinco anos) Idade mínima: 55 anos
Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)	Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos	Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos
Observação: - (*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio; - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.	Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.

Quadro DA2	
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE Art. 40, inciso III, alínea “b” da Constituição Federal na redação dada pela EC nº 20, de 1998 Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003	
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público até 16/12/1998.	
HOMEM	MULHER
Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 65 anos	Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (cinco anos) Idade mínima: 60 anos
Forma de cálculo: Proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados sobre a última remuneração no cargo efetivo.	Forma de cálculo: Proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados sobre a última remuneração no cargo efetivo.
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos	Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos
Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.	Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.

Quadro DA3	
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - REGRA DE TRANSIÇÃO –PROVENTOS PROPORCIONAIS - Art. 8º, § 1º da EC Nº 20/98	
Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003	
<p>Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público com Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003</p>	
HOMEM	MULHER
<p>Tempo de contribuição: 10950 (30 anos) Tempo no cargo: 1825 (5 anos) Idade mínima: 53 anos Pedágio: Acréscimo de 40% no tempo que faltava em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.</p>	<p>Tempo de contribuição: 9125 dias (25 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 48 anos Pedágio: Acréscimo de 40% no tempo que faltava em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.</p>
<p>Forma de cálculo: Proventos proporcionais equivalentes a 70% do valor máximo que o servidor poderia obter, acrescido de 5% por ano de contribuição que supere o tempo de contribuição de 30 anos acrescido do pedágio. O acréscimo é computado a partir do momento em que o servidor atinge o tempo de contribuição independentemente de ter completado a idade mínima.</p>	<p>Forma de cálculo: Proventos proporcionais equivalentes a 70% do valor máximo que o servidor poderia obter, acrescido de 5% por ano de contribuição que supere o tempo de contribuição de 25 anos acrescido do pedágio. O acréscimo é computado a partir do momento em que o servidor atinge o tempo de contribuição independentemente de ter completado a idade mínima</p>
<p>Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.</p>	<p>Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.</p>
<p>Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos</p>	<p>Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos</p>
<p>Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor. - Regra Especial para Magistrados, membros do Ministério Público e do TCU, se homem: Acréscimo de 17% no tempo exercido até 16/12/98.</p>	<p>Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.</p>

Quadro DA4	
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - REGRA DE TRANSIÇÃO	
Caput do art. 8º da EC Nº 20/98 – PROVENTOS INTEGRAIS	
Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003	
<p>Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público com Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003</p>	
HOMEM	MULHER
<p>Tempo de contribuição: 12775 (35 anos) Tempo no cargo: 1825 (5 anos) Idade mínima: 53 anos Pedágio: Acréscimo de 20% no tempo que faltava, em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.</p>	<p>Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 48 anos Pedágio: Acréscimo de 20% no tempo que faltava, em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.</p>
<p>Forma de cálculo: Proventos integrais correspondentes à última remuneração do cargo efetivo.</p>	<p>Forma de cálculo: Proventos integrais correspondentes à última remuneração do cargo efetivo.</p>
<p>Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.</p>	<p>Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.</p>
<p>Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos</p>	<p>Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos</p>
<p>Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor. - Regra Especial para Professor, inclusive para o que não seja de ensino fundamental e médio: Acréscimo de 17% no tempo exercido até 16/12/98, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo nas funções de magistério; - Regra Especial para Magistrados, membros do Ministério Público e do TCU, se homem: Acréscimo de 17% no tempo exercido até 16/12/98.</p>	<p>Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor. - Regra Especial para Professora, inclusive para a que não seja de ensino fundamental e médio: Acréscimo de 20% no tempo exercido até 16/12/98, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo nas funções de magistério.</p>

5.14. Tabela de Redução para concessão de Aposentadorias pela Regra de Transição

Quadro TR1		
TABELAS DE REDUÇÃO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PELA REGRA DE TRANSIÇÃO (art. 2º da EC 41/03)		
Servidor que completar os requisitos do art. 2º da EC 41/2003 até 31/12/2005 , incluindo professores que não sejam de educação infantil e do ensino fundamental e médio.		
Idade Homem/Mulher	% a Reduzir (3,5 % aa)	% a Receber
53 / 48	24,5 %	75,5 %
54 / 49	21,0 %	79,0 %
55 / 50	17,5 %	82,5 %
56 / 51	14,0 %	86,0 %
57 / 52	10,5 %	89,5 %
58 / 53	7,0 %	93,0 %
59 / 54	3,5 %	96,5 %
60 / 55	Zero	100%

Quadro TR2		
TABELAS DE REDUÇÃO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PELA REGRA DE TRANSIÇÃO (art. 2º da EC 41/03)		
Servidor que completar os requisitos do art. 2º da EC 41/2003 após 31/12/2005 , incluindo professores que não sejam de educação infantil e do ensino fundamental e médio.		
Idade Homem/Mulher	% a Reduzir (5,0 % aa)	% a Receber
53 / 48	35 %	65 %
54 / 49	30 %	70 %
55 / 50	25 %	75 %
56 / 51	20 %	80 %
57 / 52	15 %	85 %
58 / 53	10 %	90 %
59 / 54	5 %	95 %
60 / 55	Zero	100%

Quadro TR3		
TABELAS DE REDUÇÃO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PELA REGRA DE TRANSIÇÃO (art. 2º da EC 41/03)		
Para professor de educação infantil e do ensino fundamental e médio que completar os requisitos do art. 2º da EC 41/2003 até 31/12/2005 (*)		
Idade Homem/Mulher (**)	% a Reduzir (3,5 % aa)	% a Receber
53 / 48	7,0 %	93,0 %
54 / 49	3,5 %	96,5 %
55 / 50	Zero	100 %
* Para o cálculo dos proventos dos professores, pela regra de transição, não será aplicada a redução de idade e tempo de contribuição prevista no § 5º do Art. 40 da CF, apenas o disposto no § 4º do art. 2º da EC 41/2003. ** Para o cálculo do redutor previsto no § 1º do Art. 2º da EC 41/2003 aplica-se a redução estabelecida no § 5º do Art. 40 da CF.		

Quadro TR4		
TABELAS DE REDUÇÃO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PELA REGRA DE TRANSIÇÃO (art. 2º da EC 41/03)		
Para professor de educação infantil e do ensino fundamental e médio que completar os requisitos do art. 2º da EC 41/2003 após 31/12/2005 (*)		
Idade Homem/Mulher (**)	% a Reduzir (5,0 % aa)	% a Receber
53 / 48	10 %	90 %
54 / 49	5 %	95 %
55 / 50	0 %	100 %
* Para o cálculo dos proventos dos professores, pela regra de transição, não será aplicada a redução de idade e tempo de contribuição prevista no § 5º do Art. 40 da CF, apenas o disposto no § 4º do art. 2º da EC 41/2003. ** Para o cálculo do redutor previsto no § 1º do Art. 2º da EC 41/2003 aplica-se a redução estabelecida no § 5º do Art. 40 da CF.		

6. HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS

6.1. Taxa Real de Juros

Utilizamos taxa de juros reais de 6,00 % aa. ou sua equivalente mensal.

6.2. Crescimento dos Salários (Crescimento da Remuneração ao Longo da Carreira)

Estimativa de crescimento real dos salários dos ativos de 1,00% aa. Cabe ressaltar que o parâmetro mínimo recomendado pela legislação em vigor é da ordem de 1,00% aa.

6.3. Crescimento dos Benefícios

Estimativa de crescimento real dos benefícios: ZERO.

6.4. Turn-over (Rotatividade)

Dada às características da massa segurada, quais sejam, servidores públicos efetivos, consideramos ZERO como taxa de turn-over.

6.5. Compensação Financeira

Para os servidores sem informação sobre o tempo anterior de contribuição a algum sistema de previdência, a compensação foi estimada, baseada na data de entrada do servidor no serviço público e a data considerada para o ingresso no mercado de trabalho.

Foram observados os parâmetros e o limite estabelecido de compensação previdenciária a receber, dispostos no art. 11 da Portaria MPS 403/08.

6.6. Novos Entrados & Crescimento da Massa de Servidores & Gerações Futuras

Não recomendamos a adoção dessa hipótese, por entendermos que podem distorcer as reais exigibilidades a curto e médio prazo, bem como por estabelecerem um cenário de futuro muito longo.

Contudo, segundo o entendimento da SPS/MPS, como o art. 17 da Portaria MPS 403/2008, com a redação produzida pela alteração publicada no Diário Oficial da União em 18/01/2013, estabeleceu a adoção obrigatória dessa hipótese, passamos a adotar a hipótese de reposição de massa.

Ressaltamos que tal hipótese encontra suporte tanto técnico quanto legal, sendo acolhida pela bibliografia técnica de referência da Ciência Atuarial.

Porém, temos desaconselhado e não recomendado sua utilização, em virtude do horizonte temporal que tal hipótese contempla, das componentes conjunturais/políticas que encerra, da tendência a distorcer as reais exigibilidades financeiras de curto e médio prazo do plano, bem como em virtude de ser de adoção temerária em uma massa reduzida.

Entretanto, por exigência do disposto na supracitada Portaria, passamos a adotar a hipótese de reposição de massa, na proporção de 1 para 1, apesar das ressalvas anteriormente elencadas, com as seguintes premissas e parâmetros básicos, dentre outros:

- a) não-estimação de compensação previdenciária para a massa reposta, sob a premissa de não

existência de tempo anterior a algum regime de previdência;

- b) reposição do servidor, no ano seguinte à sua saída por morte e invalidez ou inatividade, na idade padrão de entrada no serviço público, observado o sexo, a atividade e o salário de contribuição do servidor;
- c) salário de contribuição do servidor da geração futura sem os quinquênios e anuênios, se existentes, no salário do servidor repostos;
- d) reposição em função da data de saída, limitada ao horizonte temporal exigido pelas disposições infra-legais.

6.7. Bases Biométricas

O comportamento da população contemplada pelo presente plano de benefícios foi estimado por meio das seguintes tábuas biométricas:

- a) Tábua de Mortalidade para válidos (ativos e inativos) e pensionistas (q_x): AT-1983-Male;
- b) Tábua de Mortalidade para Inválidos (q_x^i): Tábua atual de mortalidade elaborada para ambos os sexos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, divulgada no sítio do Ministério da Previdência Social. No caso em foco: IBGE -2016;
- c) Tábua de Entrada em Invalidez (i_x): Álvaro Vindas.

6.8. Composição Familiar

Na eventual falta de dados relativos ao cônjuge do segurado (ativo ou inativo) e tendo em vista a redistribuição da cota de pensão prevista para o benefício de pensão, bem como o critério de elegibilidade de beneficiários, optamos por utilizar as hipóteses seguintes para a Geração Atual e para as estimativas da Geração Futura:

- a) o participante-titular (ativo ou aposentado) tem um cônjuge ou companheira(o), para o qual deixará uma pensão vitalícia;
- b) o cônjuge ou companheira(o) é 3 anos mais novo que o participante-titular, se este for do sexo masculino, ou 3 anos mais velho, se do sexo feminino. Para cônjuges do mesmo sexo, a idade do titular;
- c) não existência de cônjuges para titulares com idade inferior a 29 anos, se masculino, e 26 anos, se feminino.

Tais hipóteses, apesar de poderem, por vezes, conduzir a encargos maiores do que a real composição familiar da massa de participantes, apresentam a vantagem:

- a) de suplantarem eventuais inconsistências cadastrais por falta de interesse dos participantes ativos e inativos em manter atualizado o rol de beneficiários, visto ser direito daqueles informar os beneficiários e não dever; e
- b) contornarem o aparecimento de beneficiário(s) para o benefício de pensão por morte, após a ocorrência do evento, sem que tenha sido providenciado, a priori, sua inscrição pelo

participante-titular.

Cabe observar, entretanto, que o RPPS possui o cadastro de beneficiários e que o mesmo foi recebido e utilizado para a realização do estudo.

6.9. Capacidade Salarial

Como fator de capacidade salarial adotou-se 100%.

6.10. Capacidade de Benefício

Como fator de capacidade de benefícios adotou-se 100%.

6.11. Estimativa de Crescimento Real do Teto do RGPS

Como estimativa de crescimento do teto-de-contribuição do Regime Geral de Previdência Social, adotamos 0,15 % aa, para fins de cálculo de eventual contribuição dos inativos e pensionistas que venha a incidir sobre a parcela do montante de benefício concedido pelo RPPS que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

6.12. Outras Hipóteses e Considerações

Após análise da massa de dados de cálculo e dentro do princípio de *melhor estimativa de passivo*, quando necessário consideramos que:

- a) os participantes-ativos sempre optarão pela regra de aposentadoria que lhes garantam o maior valor de benefício inicial, exceto no caso de atingirem a idade de aposentadoria compulsória, antes de completarem os requisitos necessários para a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição;
- b) os participantes custearão os benefícios, em conformidade com o previsto na lei que rege o RPPS e no regulamento do plano de benefícios;
- c) na eventual falta de informação relativa ao tempo anterior do servidor em algum sistema de previdência social, a idade de ingresso dos participantes-ativos em algum regime foi estimada por meio da conjugação da idade de ingresso no RPPS, da idade atual, do sexo e da respectiva lotação e cargo do servidor, adotando-se como limite inferior, a idade de 27 anos, bem como um limite máximo para o número de meses (60 meses) admitido de compensação previdenciária. No caso de servidores com idade inferior à estimativa, foi adotada a respectiva idade de entrada do servidor;
- d) para as estimativas da Geração Futura, a idade de ingresso dos participantes ativos repostos, em algum regime de previdência social, foi estimada por meio do sexo e da respectiva lotação e cargo do servidor repostos, adotando-se como limite inferior, a idade de 25 anos;
- e) os eventos de invalidez que se verificarão gerarão sempre benefícios integrais de aposentadoria por invalidez.

7. REGIMES FINANCEIROS

Adotamos os seguintes regimes financeiros / métodos, de acordo com a duração e custo de cada benefício:

- a) Aposentadoria por Tempo de Contribuição: Capitalização / Idade Normal de Entrada;
- b) Aposentadoria por Invalidez: Repartição de Capitais de Cobertura;
- c) Aposentadoria por Idade, Proporcional e Compulsória: Capitalização / Idade Normal de Entrada;
- d) Pensão de ativos: Repartição de Capitais de Cobertura;
- e) Pensão de Inativos: Capitalização / Individual Level Premium (a prêmio nivelado, em tradução livre);
- f) Auxílios Previdenciários (todos): Repartição Simples.

Com relação a tais regimes, cabe esclarecer que a conjugação dos diversos regimes financeiros para os diversos benefícios apresenta um custo mais baixo em médio prazo, conjugado com um equilíbrio técnico aceitável no mesmo período. Todavia, requer acompanhamento e revisão constante do custo e rigor nas normas de concessão e manutenção dos benefícios.

8. PLANO DE CUSTEIO E RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

8.1. Valores Resultantes da Avaliação Atuarial

Em função dos dados recebidos, hipóteses adotadas e dos cálculos realizados, obtivemos os seguintes resultados e verificamos os seguintes valores, excluídos os efeitos da Geração Futura:

Quadro Q11 - Valores Resultantes da Avaliação Atuarial		
Resultados / Observações	Regime de Capitalização	Regime de Repartição
Rentabilidade nominal anual alcançada (%)	10,9900%	
Rentabilidade nominal anual exigida (%)	9,1270%	
Ativo do Plano	R\$ 29.517.693,24	
Resultado Atuarial do Plano, sem considerar Geração Futura	R\$ 79.609.336,13	N/A
Valor atual dos benefícios futuros (benefícios a conceder)	R\$ 109.615.925,34	N/A
Valor atual dos benefícios futuros (benefícios concedidos)	R\$ 45.657.444,17	N/A
Provisões Matemáticas	R\$ 109.127.029,37	N/A
Valor Atual dos Salários Futuros, em x, de Ativos	R\$ 203.443.303,45	R\$ 19.506.071,02
Valor atual da compensação financeira - a receber	R\$ 10.909.816,83	N/A
Valor atual da compensação financeira - a pagar	Zero	N/A
Valor atual das contribuições normais futuras do ente, referente a benefícios concedidos.	Zero	N/A
Valor atual das contribuições futuras do ativo, aposentado e pensionista, referente a benefícios concedidos.	R\$ 0,00	N/A
Valor atual das contribuições normais futuras do ente, referente aos benefícios a conceder.	R\$ 20.282.654,64	N/A
Valor atual das contribuições futuras do ativo, aposentado e pensionista, referente aos benefícios a conceder.	R\$ 14.873.946,74	N/A
Folha salarial mensal dos ativos – SC	R\$ 1.546.602,27	N/A
Folha salarial mensal dos ativos – Remun Tot	R\$ 1.546.602,27	N/A
Folha de proventos mensal dos aposentados por invalidez	R\$ 85.773,64	N/A
Folha de proventos mensal dos aposentados por idade, tempo de contribuição ou compulsoriamente.	R\$ 204.896,01	N/A
Folha de proventos mensal dos pensionistas	R\$ 29.355,86	N/A
Folha de auxílio-doença do ano focal	N/A	R\$ 732.969,46
Folha de salário-maternidade do ano focal	N/A	R\$ 103.730,42
Folha de auxílio-reclusão do ano focal	N/A	R\$ 25.751,44
Folha de salário-família do ano focal	N/A	R\$ 105.623,02
N/E - Não existe N/D - Não disponível N/A - Não se aplica		
Nota: Dados relativos a Gerações Futuras NAO incluídos nos valores		

8.2. Análise Comparativa e Posição do Plano de Benefícios Plano de Custeio

Comparando, analiticamente o resultado do plano com os períodos anteriores, temos:

Quadro Q12 - Análise Comparativa com os Últimos Exercícios				
Rubrica	Dez/2014	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2017
Ativo Líquido⁽¹⁾	R\$ 13.323.999,35	R\$ 16.653.674,05	R\$ 21.589.120,76	R\$ 25.035.429,99
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	(-R\$ 25.020.273,30)	(-R\$ 29.626.444,77)	(-R\$ 34.633.014,64)	(-R\$ 45.657.444,17)
(=) Provisão de Benef. Concedidos - Aposent.	(-R\$ 23.096.021,57)	(-R\$ 26.887.655,75)	(-R\$ 31.708.178,15)	(-R\$ 41.878.298,30)
(-) VABF de Benef. Concedidos	(-R\$ 23.096.021,57)	(-R\$ 26.887.655,75)	(-R\$ 31.708.178,15)	(-R\$ 41.878.298,30)
(+) VACF de Benef. Concedidos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(=) Provisão de Benef. Concedidos - Pensões	(-R\$ 1.924.251,74)	(-R\$ 2.738.789,02)	(-R\$ 2.924.836,49)	(-R\$ 3.779.145,87)
(-) VABF de Benef. Concedidos	(-R\$ 1.924.251,74)	(-R\$ 2.738.789,02)	(-R\$ 2.924.836,49)	(-R\$ 3.779.145,87)
(+) VACF de Benef. Concedidos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Déficit/ Superavit em relação a Benef. Concedidos	(-R\$ 11.696.273,95)	(-R\$ 12.972.770,72)	(-R\$ 13.043.893,88)	(-R\$ 20.622.014,18)
Montantes relativos a Benef. a Conceder	(-R\$ 40.113.915,94)	(-R\$ 55.124.320,66)	(-R\$ 60.774.391,49)	(-R\$ 63.469.585,20)
(-) VABF de Benef. a Conceder	(-R\$ 75.756.936,31)	(-R\$ 92.425.891,06)	(-R\$ 101.366.551,58)	(-R\$ 109.615.925,34)
(+) VACF de Benef. a Conceder	R\$ 28.081.200,61	R\$ 28.046.009,30	R\$ 30.438.423,67	R\$ 35.156.601,38
(+) VACF de ativos, após aposentarem	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 64.282,19	R\$ 79.770,01
(+) VACF de pensionistas, quando em benefício	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 152,71	R\$ 151,92
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 7.561.819,76	R\$ 9.255.561,10	R\$ 10.089.301,52	R\$ 10.909.816,83
(=) Aposentadorias Não Decorrentes de Invalidez	(-R\$ 40.150.510,67)	(-R\$ 55.124.284,06)	(-R\$ 60.774.391,49)	(-R\$ 63.469.585,20)
(-) VABF de Aposent. Não-Invalidez	(-R\$ 74.262.089,11)	(-R\$ 88.764.900,58)	(-R\$ 97.048.326,58)	(-R\$ 104.667.557,08)
(+) VACF de ativos, enquanto ativos	R\$ 26.586.353,41	R\$ 24.424.588,59	R\$ 26.188.358,32	R\$ 30.292.707,88
(+) VACF de ativos, após aposentarem	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 64.282,19	R\$ 79.770,01
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 7.525.225,03	R\$ 9.216.027,93	R\$ 10.021.294,59	R\$ 10.825.493,98
(=) Aposentadorias Decorrentes de Invalidez	R\$ 29.552,35	(-R\$ 0,00)	(-R\$ 0,00)	R\$ 0,00
(-) VABF de Aposent. p/ Invalidez	(-R\$ 311.077,34)	(-R\$ 337.426,30)	(-R\$ 389.903,69)	(-R\$ 421.712,01)
(+) VACF de ativos, enquanto ativos	R\$ 311.077,34	R\$ 305.370,80	R\$ 352.862,84	R\$ 383.580,50
(+) VACF de ativos, após aposentarem	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 29.552,35	R\$ 32.055,50	R\$ 37.040,85	R\$ 38.131,51
(=) Pensão: Ativos	R\$ 7.042,38	(-R\$ 36,60)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) VABF de Pensão de Ativos	(-R\$ 74.130,30)	(-R\$ 78.712,34)	(-R\$ 325.958,70)	(-R\$ 508.278,36)
(+) VACF a conceder	R\$ 74.130,30	R\$ 71.198,07	R\$ 294.839,91	R\$ 461.935,11
(+) VACF de pensionistas, quando em benefício	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 152,71	R\$ 151,92
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 7.042,38	R\$ 7.477,67	R\$ 30.966,08	R\$ 46.191,33
(=) Pensão: Rever. de Aposent. NÃO Invalidez	R\$ 0,00	R\$ 0,00	(-R\$ 0,00)	R\$ 0,00
(-) VABF de Pensão de Aposent.	(-R\$ 287.553,34)	(-R\$ 2.071.920,38)	(-R\$ 2.133.171,69)	(-R\$ 2.167.660,71)
(+) VACF a conceder	R\$ 287.553,34	R\$ 2.071.920,38	R\$ 2.133.171,69	R\$ 2.167.660,71
(+) VACF de pensionistas, quando em benefício	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(=) Pensão: Reversão de Aposent. de Invalidez	(-R\$ 0,00)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) VABF de Pensão de Aposent.	(-R\$ 84.304,19)	(-R\$ 550.066,86)	(-R\$ 686.696,76)	(-R\$ 923.932,74)
(+) VACF a conceder	R\$ 84.304,19	R\$ 550.066,86	R\$ 686.696,76	R\$ 923.932,74
(+) VACF de pensionistas, quando em benefício	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(=) Auxílios Previdenciários	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) VABF Auxílios	(-R\$ 737.782,03)	(-R\$ 622.864,59)	(-R\$ 782.494,15)	(-R\$ 926.784,44)
(+) VACF Auxílios	R\$ 737.782,03	R\$ 622.864,59	R\$ 782.494,15	R\$ 926.784,44
Déficit/ Superavit COM Ger. ATUAL	(-R\$ 51.810.189,89)	(-R\$ 68.097.091,38)	(-R\$ 73.818.285,37)	(-R\$ 84.091.599,38)
Valor Atual dos Parcelamentos	R\$ 4.336.209,87	R\$ 5.625.313,55	R\$ 5.298.315,37	R\$ 4.482.263,25
Déficit/ Superavit Com Parcelamentos	(-R\$ 47.473.980,02)	(-R\$ 62.471.777,83)	(-R\$ 68.519.970,00)	(-R\$ 79.609.336,13)
Resultado da Geração Futura(2)	(-R\$ 6.170.768,16)	R\$ 1.970.417,81	(-R\$ 479.837,91)	R\$ 2.083.244,32
(-) VABF de Benef. a Conceder	(-R\$ 28.648.024,43)	(-R\$ 26.490.406,20)	(-R\$ 32.226.042,03)	(-R\$ 34.228.368,90)
(+) VACF de Benef. a Conceder	R\$ 22.477.256,27	R\$ 28.460.824,01	R\$ 31.746.204,12	R\$ 36.280.860,35
(+) VACF de ativos, após aposentarem	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.020,70
(+) VACF de pensionistas, quando em benefício	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.732,17
(+/-) Valor Atual do saldo da Compens. Previdenc	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Déficit/ Superavit COM Ger. FUTURA	(-R\$ 53.644.748,19)	(-R\$ 60.501.360,02)	(-R\$ 68.999.807,91)	(-R\$ 77.526.091,81)

NOTAS: (1) Como Ativo Líquido entende-se as disponibilidades e créditos a receber, deduzidos os passivos contingenciais reconhecidos e devidamente provisionados.
 (2) Hipótese exigida pela Portaria MPS 403/2008, com a redação de 18/01/2013. Na presente Avaliação o resultado da Geração Futura NÃO compõe o resultado
 (3) Encargos de reversão de pensão de já aposentados são estimados por Capitalização / Premio Nivelado Individual (ILP).

De forma mais sintética, podemos observar o resultado do Plano no quadro a seguir:

Quadro Q13 - Análise Comparativa Sintética dos Últimos Exercícios				
Rubrica	Dez/2014	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2017
Aplicações em Segmento de Renda Fixa	R\$ 13.059.328,29	R\$ 16.401.559,96	R\$ 21.281.340,88	R\$ 24.705.188,32
Aplicações em Segmento de Renda Variável	R\$ 28.073,26	R\$ 23.724,98	R\$ 29.037,98	R\$ 36.889,60
Aplicações em Segmento Imobiliário	R\$ 236.597,80	R\$ 228.389,11	R\$ 266.597,45	R\$ 268.738,85
Aplicações em Enquadramento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros Ativos (bens, direitos e outros)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.144,45	R\$ 24.613,22
Valor Atual dos Parcelamentos	R\$ 4.336.209,87	R\$ 5.625.313,55	R\$ 5.298.315,37	R\$ 4.482.263,25
Ativo Líquido com PARCELAMENTOS	R\$ 17.660.209,22	R\$ 22.278.987,60	R\$ 26.887.436,13	R\$ 29.517.693,24
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	(-R\$ 25.020.273,30)	(-R\$ 29.626.444,77)	(-R\$ 34.633.014,64)	(-R\$ 45.657.444,17)
Déficit/ Superavit em relação a Benef. Concedidos	(-R\$ 11.696.273,95)	(-R\$ 12.972.770,72)	(-R\$ 13.043.893,88)	(-R\$ 20.622.014,18)
Provisão Mat. de Benef. a Conceder	(-R\$ 40.113.915,94)	(-R\$ 55.124.320,66)	(-R\$ 60.774.391,49)	(-R\$ 63.469.585,20)
Saldo da Compensação Previdenciária	R\$ 7.561.819,76	R\$ 9.255.561,10	R\$ 10.089.301,52	R\$ 10.909.816,83
Resultado da Geração Futura (2)	(-R\$ 6.170.768,16)	R\$ 1.970.417,81	(-R\$ 479.837,91)	R\$ 2.083.244,32
Resultado, sem Plano de Amortização	(-R\$ 53.644.748,19)	(-R\$ 60.501.360,02)	(-R\$ 68.999.807,91)	(-R\$ 77.526.091,81)
VASF em capitalização, dos Ativos	R\$ 170.000.341,55	R\$ 160.688.082,85	R\$ 180.112.505,61	R\$ 203.443.303,45
VASF em RCC, dos Ativos	R\$ 15.724.262,08	R\$ 16.235.548,93	R\$ 18.123.425,30	R\$ 19.506.071,02
VASF em capitalização, dos Aposentados	R\$ 23.096.021,57	R\$ 26.887.655,75	R\$ 31.708.178,15	R\$ 41.878.298,30
VASF em RCC, dos Aposentados	R\$ 1.951.833,49	R\$ 2.294.160,90	R\$ 2.736.400,51	R\$ 3.627.655,60
% de COMPREV sobre os VABF Total	7,50%	7,58%	7,42%	7,03%
Cobertura da Provisão de Benef. Concedidos	53,25%	56,21%	62,34%	54,83%
Índice Geral de Cobertura de Provisões	20,46%	19,65%	22,63%	22,94%

Notas: (1) Plano de Amortização, se estabelecido em Lei e mantido adimplente
 (2) Hipótese exigida pela Portaria MPS 403/2008, com a redação de 18/01/2013. Na presente Avaliação o resultado da Geração Futura NÃO compôs o resultado.

Conforme pode ser observado nos quadros acima, o resultado apurado para a Avaliação Atuarial 2018 remontou a um déficit atuarial no valor de R\$ 79.609.336,13 e foi apurado considerando as alíquotas normais de contribuição de 11,00% dos Segurados e de 15,00% do Ente Federativo, bem como o Saldo de Compensação Previdenciária e o saldo devedor em 31/12/2017 dos Termos de Acordo de Parcelamento.

Observa-se uma elevação do Ativo Real Líquido do Plano na ordem de 15,86% em relação ao ano anterior, auxiliada em grande parte pela regularidade e, conseqüente, integralização dos repasses, bem como pela rentabilidade da carteira de investimentos auferida no decorrer do ano de 2017 superior à meta atuarial.

No que se refere aos inativos e pensionistas, observou-se uma elevação na reserva matemática de benefícios concedidos (RMBC) de 58,26%, em razão da concessão de novos benefícios de aposentadoria e de pensão por morte ao longo do ano de 2017.

Percebe-se também que o fato de não ter havido ingresso na Prefeitura ao longo do ano de 2017 é relevante dentro do contexto financeiro do Regime, pois sem novos servidores não há uma maior injeção de recursos oriundos de contribuições.

Ademais, verificou-se a elevação em 0,43% em relação à Avaliação Atuarial 2017 no custo dos benefícios estruturados no regime de repartição simples, o que se traduz em uma piora no resultado, uma vez que uma parte maior da receita oriunda das contribuições necessita ser destinada para o pagamento destes benefícios, fazendo com que sobre menos recursos para serem capitalizados e formarem a reserva matemática necessária do plano de benefícios.

Sendo estabelecido em Lei Municipal e observado o plano de amortização definido na Avaliação Atuarial, data-focal 31/12/2017, é nosso entendimento que o plano de benefícios do RPPS seria solvente e teria capacidade para honrar os compromissos para com os participantes, quando considerada a reposição de massa e desde que seja observado o plano de custeio estabelecido, sejam amortizados os débitos dos entes patronais para com o RPPS, se existentes e observada a rentabilidade mínima exigida dos ativos garantidores.

8.3. Plano de Custeio

8.3.1. Alíquotas

Tendo em vista os resultados obtidos na avaliação realizada, por meio da técnica de *valor presente* e os obtidos pela técnica de *projeção*, apresentamos abaixo o plano de custeio a ser adotado para o próximo exercício, em percentual sobre a folha de salários dos participantes ativos:

Quadro Q14 - Plano de Custeio		
Benefício	Custo Normal	Custo Suplementar
Aposent por Tempo de Contrib, Idade ou Compulsória	14,89%	5,40%
Aposentadoria por Invalidez	1,97%	
Pensão por Morte de Segurado Ativo	0,87%	
Pensão por Morte de Aposentado Não-Invalído	1,07%	
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,45%	
Auxílio Doença	3,46%	
Licença Maternidade	0,55%	
Auxílio Reclusão	0,14%	
Salário Família	0,60%	
CUSTO PURO	24,00%	
Administração	2,00%	
TO TAL	26,00%	
Base de Incidência das Contribuições	Folha de Salários de participantes ativos e participantes em Aux. Doença e Salário Maternidade	

Nota: Plano de custeio a ser aplicada no ano de 2019.

Com relação às alíquotas de contribuição dos participantes e do(s) ente(s) patronal(s), a serem adotadas, temos o seguinte:

Quadro Q15 - Alíquotas de Contribuição			
Contribuinte	Normal	Administração	Suplementar
Ente Público	13,00%	2,00%	5,40%
Servidor Ativo	11,00%	Zero	Zero
Servidor Aposentado	11,00%	Zero	Zero
Pensionista	11,00%	Zero	Zero
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público (Normal e Suplementar)	Folha de Salários de contribuição de participantes ativos e participantes em Aux. Doença e Salário Maternidade		
Base de Incidência das Contribuições Normais dos Ativos	Salário de Contribuição		
Base de Incidência das Contribuições Normais dos Aposentados e Pensionistas	Parcela excedente ao teto de contribuição ao RGPS		

Nota: Plano de custeio a ser aplicada no ano de 2019.

No que se refere às alíquotas dos anos anteriores, apresentamos abaixo quadro comparativo, para fins de acompanhamento da evolução do mesmo, segundo a data de elaboração da avaliação atuarial:

Quadro Q16 - Evolução do Plano de Custeio				
Benefício	Custo Normal estabelecido para o exercício do ano de:			
	2015	2016	2017	2018
Aposent por Tempo de Contrib, Idade ou Compulsória	15,64%	15,20%	14,54%	14,89%
Aposentadoria por Invalidez	1,98%	1,88%	1,95%	1,97%
Pensão por Morte de Segurado Ativo	0,47%	0,44%	0,63%	0,87%
Pensão por Morte de Aposentado Não-Invalído	0,17%	1,29%	1,18%	1,07%
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,05%	0,34%	0,38%	0,45%
Auxílio Doença	3,18%	2,57%	3,00%	3,46%
Licença Maternidade	0,73%	0,53%	0,54%	0,55%
Auxílio Reclusão	0,16%	0,12%	0,14%	0,14%
Salário Família	0,62%	0,63%	0,64%	0,60%
CUSTO PURO	23,00%	23,00%	23,00%	24,00%
Administração	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
CUSTO NORMAL	25,00%	25,00%	25,00%	26,00%
Custo Suplementar	3,30%	4,60%	5,20%	5,20%
TOTAL	28,30%	29,60%	30,20%	31,20%
Proporção de contribuição Normal dos Participantes	44,0%	44,0%	44,0%	42,3%
% COMPREV sobre VABF	7,50%	7,58%	7,42%	7,03%
Índice de Cobertura das Provisões	20,46%	19,65%	22,63%	22,92%
% contribuição Patronal (Normal + Suplementar)	17,30%	18,60%	19,20%	20,20%
% contribuição dos Ativos	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
% contribuição dos Aposentados	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
% contribuição dos Pensionistas	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%

Caso as normas e os critérios de concessão de benefícios venham a ser alteradas, o plano de custeio deverá ser reavaliado. Tal revisão deverá ocorrer na avaliação periódica anual prevista na legislação ou, se assim for necessário, no decorrer do exercício no qual ocorra a alteração das normas e critérios de concessão.

8.3.2. Plano de Amortização do Déficit Atuarial

Para a sustentação do Plano de Benefícios do Regime, face ao déficit atuarial apresentado, faz-se necessário que o mesmo déficit técnico atuarial seja coberto, por meio de aporte de recursos ou alíquota de contribuição suplementar.

No caso de aporte, em parcela única, seria necessário que o tesouro municipal aportasse o montante equivalente ao déficit técnico atuarial, em parcela única, a fim de amortizar o déficit verificado.

Admitindo que essa não seja a opção, no momento, a alternativa seria o estabelecimento de uma alíquota de contribuição suplementar, de responsabilidade apenas dos entes patronais (legislativo e executivo), a incidir sobre a folha mensal de salários de contribuição dos segurados ativos, em auxílio-doença.

No momento, pelo que verificamos, já existe plano de amortização em curso, contemplando um período de 28 anos, na data focal da presente. De maneira a amortizar o déficit observado, os aportes anuais devem ser alterados para os seguintes, ano a ano:

QUADRO Q17 - Plano de Amortização			QUADRO Q17 - Plano de Amortização		
Ano	Alíquotas de Custo Suplementar	Aporte Anual	Ano	Alíquotas de Custo Suplementar	Aporte Anual
2018	5,20%	R\$ 1.050.655,38	2032	33,68%	R\$ 7.823.087,63
2019	5,40%	R\$ 1.101.975,85	2033	35,94%	R\$ 8.429.718,38
2020	6,65%	R\$ 1.371.170,52	2034	38,19%	R\$ 9.047.699,44
2021	8,91%	R\$ 1.853.810,29	2035	40,44%	R\$ 9.677.197,15
2022	11,16%	R\$ 2.345.965,74	2036	42,69%	R\$ 10.318.380,05
2023	13,41%	R\$ 2.847.778,91	2037	44,95%	R\$ 10.971.418,88
2024	15,66%	R\$ 3.359.393,75	2038	47,20%	R\$ 11.636.486,65
2025	17,92%	R\$ 3.880.956,11	2039	49,45%	R\$ 12.313.758,64
2026	20,17%	R\$ 4.412.613,78	2040	51,70%	R\$ 13.003.412,41
2027	22,42%	R\$ 4.954.516,51	2041	53,96%	R\$ 13.705.627,89
2028	24,67%	R\$ 5.506.816,03	2042	56,21%	R\$ 14.420.587,33
2029	26,93%	R\$ 6.069.666,08	2043	58,46%	R\$ 15.148.475,40
2030	29,18%	R\$ 6.643.222,46	2044	60,72%	R\$ 15.889.479,18
2031	31,43%	R\$ 7.227.643,00	2045	62,97%	R\$ 16.643.788,18

Salientamos que na amortização de déficit atuarial, realizado por meio de alíquota de contribuição suplementar, o recurso correspondente é considerado como gasto de pessoal, compondo o limite da Receita Corrente Líquida apurada no mesmo exercício.

Situação contrária seria observada caso a amortização ocorresse por meio de aporte financeiro, na qual dever-se-ia observar as disposições da Portaria MPS 746/11, conforme segue:

“Art. 1º - O Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS instituído pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em conformidade com a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, de que trata a Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 19 de agosto de 2010 deverá atender às seguintes condições:

I - se caracterize como despesa orçamentária com aportes destinados, exclusivamente, à cobertura do déficit atuarial do RPPS conforme plano de amortização estabelecido em lei específica do respectivo ente federativo; e

(...)

§ 1º Os Aportes para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS ficarão sob a responsabilidade da Unidade Gestora, devendo:

I - ser controlados separadamente dos demais recursos de forma a evidenciar a vinculação para qual foram instituídos; e

II - permanecer devidamente aplicados em conformidade com as normas vigentes, no mínimo, por 05 (cinco) anos.

§ 2º Para fins desta Portaria não se caracterizam como Aporte os repasses feitos à Unidade Gestora em decorrência de alíquota de contribuição normal e suplementar.”

9. PROVISÕES, FUNDOS E RESERVAS TÉCNICAS

9.1. Posição das Provisões, Fundos e Reservas Técnicas

Para a manutenção, garantia e solvência do plano de benefícios, deverão ser constituídas provisões, reservas e/ou fundos, em conformidade com a legislação pertinente e as exigidas pela Nota Técnica Atuarial.

O passivo atuarial, consubstanciado pelas provisões técnicas, reservas técnicas e/ou fundos, é composto pela Reserva de Benefícios a Conceder e Reserva Matemática de Benefícios Concedidos.

Dessa maneira, o RPPS apresenta as seguintes posições, na data-base de 31/12/2017, não considerando o efeito da Geração Futura:

Quadro Q18 - Provisão / Fundo / Reserva – Geração Atual	
Descrição	Montante
1. Reservas Matemáticas	R\$ 109.127.029,37
1.1. Reserva de Benefícios a Conceder	R\$ 63.469.585,20
1.1.1. Aposentadorias e Pensões	R\$ 63.469.585,20
1.1.2. Geração Futura ⁽²⁾	(-R\$ 2.083.244,32)
1.2. Reserva de Benefícios Concedidos	R\$ 45.657.444,17
1.2.1. Aposentadorias	R\$ 41.878.298,30
1.2.2. Pensões	R\$ 3.779.145,87
2. Reserva a Amortizar	R\$ 79.609.336,13
3. Reserva de Benefícios a Regularizar	Zero
4. Reserva de Oscilação de Riscos	Zero
5. Reserva de Contingência ⁽³⁾	Zero
6. Reserva para Ajustes do Plano	Zero
Observações: Valores já liquidados de Compensação Previdenciária	
(2) Resultado demonstrado da Geração Futura, mas NÃO CONSIDERADO nos totais.	
(3) Em caso de superávit observado decorrente de estimativas da Geração Futura, não se recomenda o reconhecimento do mesmo na reserva de contingência, salvo se determinado pelo Plano Contábil aplicável ao RPPS.	

9.2. Reservas e Provisões

As reservas e provisões técnicas exigidas tem natureza e destinação distintas, de forma a atender compromissos específicos do plano de benefícios estabelecido, em virtude dos regimes financeiros adotados. Em função da Nota Técnica Atuarial a natureza e destinação das provisões e fundos são as que se seguem.

9.2.1. Reserva de Benefícios a Conceder

De acordo com os regimes financeiros adotados, de forma a garantir os benefícios futuros de aposentadoria a serem concedidos pelo RPPS, deverão ser constituídas Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder. Por definição esta reserva é a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros, a conceder aos participantes não classificados como riscos iminentes, e o valor atual das contribuições normais futuras, em conformidade com o regime financeiro e método atuarial adotado. Para fins de resultado final e contabilização, o saldo da compensação previdenciária estimada deverá compor a posição das Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder.

Sendo S_x o salário real de contribuição de um participante-titular ativo de idade x , a reserva de benefícios a conceder após t anos de seu ingresso no RPPS será:

$${}_tV_x = FR^{BAC} \cdot S_x$$

As reservas de benefícios a conceder deverão ser recalculadas, no mínimo, anualmente, de acordo com a massa existente na época do recálculo. Entre as datas de recálculo, o montante de reserva deverá ser atualizado pelo índice da hipótese de crescimento inercial da moeda (inflação) acrescido da equivalente mensal da taxa real de juros adotada.

As reservas de benefícios a conceder deverão ser registradas contabilmente como contas de credoras de passivo, e separadas por tipo de benefício.

9.2.2. Reserva de Benefícios Concedidos

Para os benefícios já concedidos de aposentadoria e pensão, deverão ser constituídas Reservas

Matemáticas de Benefícios Concedidos. Por definição a reserva de benefícios concedidos é a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros para com os segurados aposentados e pensionistas e para com os segurados em atividade, esses últimos classificados como riscos iminentes, e o valor atual das contribuições normais futuras dos respectivos segurados, em conformidade com o regime financeiro e método atuarial adotado.

Para uma aposentadoria B_y , concedida por tempo de contribuição ou idade a um participante-titular de idade y , inicialmente, a reserva de benefícios concedidos, depois de decorridos t anos da data de concessão, é:

${}_tV_y = FR_{Apos}^{BC} \cdot B_y$, onde FR_{Apos}^{BC} é o fator de valor atual dos benefícios líquidos futuros, em conformidade com o regime financeiro e método atuarial.

Para uma aposentadoria $BINV_y$, concedida por invalidez a um participante-titular de idade y , inicialmente, a reserva de benefícios concedidos, depois de decorridos t anos da data de concessão, é:

${}_tV_y = FR_{Inv}^{BC} \cdot B_{INV_y}$, onde FR_{Inv}^{BC} é o fator de valor atual dos benefícios líquidos futuros, em conformidade com o regime financeiro e método atuarial adotado.

Para uma pensão B_z , concedida a um pensionista de idade z , inicialmente, a reserva de benefícios concedidos, depois de decorridos t anos da data de concessão, é:

${}_tV_z = FR_{Pen}^{BC} \cdot B_z$, onde FR_{Pen}^{BC} é o fator de valor atual dos benefícios líquidos futuros, em conformidade com o regime financeiro e método atuarial adotado.

As reservas de benefícios concedidos deverão ser recalculadas, no mínimo, anualmente, de acordo com a massa existente na época do recálculo. Entre as datas de recálculo, o montante de reserva deverá ser atualizado, no mês em que houver reajuste de benefícios, pelo mesmo índice de reajuste concedido à massa de inativos ou pensionistas a que se refere.

As reservas de benefícios concedidos deverão ser registradas contabilmente como contas de credoras de passivo, e separadas por tipo de benefício (aposentadoria por tempo de contribuição, por idade, por invalidez ou pensão).

9.2.3. Reserva de Contingência

Face a futuras e possíveis oscilações no Equilíbrio Técnico do Plano Previdenciário, torna-se necessário constituir uma reserva de contingência, com parte de eventuais superávits apurados nos exercícios superavitários. Esta reserva deverá ser constituída anualmente, após a apuração dos resultados do exercício.

A constituição desta Reserva será de 100% do superávit técnico apurado, ao final do exercício.

A reversão desta reserva deverá ocorrer, obrigatoriamente, em caso de Déficit Técnico, apurado atuarialmente por atuário habilitado e até o limite explicitado no parecer do Atuário.

Esta reserva deverá ser constituída até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) das Reservas Matemáticas do RPPS, assim entendidas a Reserva de Benefícios a Conceder e a Reserva de Benefícios Concedidos.

9.2.4. Reserva para Ajustes do Plano

Da mesma forma que a Reserva de Contingência, a Reserva para Ajustes do Plano registrará o superávit apurado e que não foi transferido para aquela.

A reversão desta reserva só deverá ocorrer, obrigatoriamente, depois de exaurida a Reserva de Contingência, em caso de Déficit Técnico apurado por atuário habilitado e até o limite explicitado no parecer atuarial.

9.2.5. Reserva de benefícios a regularizar

É o montante de benefícios já concedidos e vencidos (ou já devidos), porém ainda não efetivamente pagos.

9.3. Aplicação

Os ativos garantidores das reservas e/ou fundos deverão ser aplicados em ativos de forma a se obter rendimento igual ou superior ao Exigível Atuarial (Mínimo Atuarial), em conformidade com a legislação em vigor sobre a matéria, na data da aplicação.

Cabe esclarecer que tal recomendação visa reduzir a possibilidade de, no futuro, haver elevação das taxas de contribuição em decorrência de fatores inesperados ou insuficiência técnica.

Reiteramos que, em qualquer hipótese, deve-se evitar a imobilização do patrimônio ou mantê-la em níveis mínimos, dado que, normalmente, o rendimento da aplicação em imóveis, fica aquém dos obtidos em ativos financeiros, excluída a hipótese de especulação, por parte da Entidade, no mercado imobiliário. Alia-se a isto, a falta de liquidez decorrente de tal aplicação.

Recomendamos que a aplicação financeira dos recursos garantidores das reservas seja realizada em instituições financeiras idôneas e solventes, evitando-se ativos de risco ou de baixa rentabilidade.

A rentabilidade do ativo líquido deverá ser acompanhada mês a mês, calculando-se a taxa interna de retorno do ativo líquido, sempre em um período de 12 meses.

10. ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A posição das receitas, despesas, provisões técnicas e demais itens devem ser registradas em conformidade com o Plano de Contas aplicável aos RPPS e ao Ente Federativo.

De maneira a auxiliar em tais registros, apresentamos em anexo ao presente estudo, os montantes relativos às provisões técnicas, referentes apenas à geração atual, sob as respectivas contas da planificação contábil.

Cabe salientar que em caso de divergência entre a sugestão de registro, apresentada no anexo, e as disposições do plano de contas ou o entendimento da área contábil do RPPS, estas devem prevalecer sobre a sugestão apresentada no anexo, visto a competência técnica e legal para tanto.

No caso dos valores relativos à geração futura, apresentamos também no anexo tais valores discriminados e apartados, de maneira a possibilitar tais registros, nas contas correspondentes, em conformidade com as determinações do Plano de Contas e da Secretaria de Políticas de Previdência

Social do Ministério da Previdência Social.

11. PARECER E CONCLUSÕES

O presente estudo tem como finalidade reavaliar o plano de benefícios **Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Pompéu – MG, gerido pelo Instituto de Previdência Social do Município de Pompéu - IPSEMP**, na focal de 31/12/2017 e **nos termos da Lei Complementar n. 003/2014**, à luz das disposições legais da Emenda Constitucional n° 20/98, da Emenda Constitucional n° 41/03, da Emenda Constitucional n°47/05, da Lei Complementar Federal N° 101/00, da Lei Federal n° 9.717/98, das Portarias MPS n° 402/08 e n° 403/08 e da legislação municipal pertinente, todas com a redação vigente na data focal da presente avaliação.

Para a realização da avaliação atuarial foram fornecidos arquivos magnéticos contendo dados dos servidores civis, ativos e inativos, bem como dos eventuais pensionistas oriundos desses de participantes, posicionados em 31/12/2017.

Após a recepção e análise dos dados, foram realizados testes de consistência nas bases de dados. Sobre essas bases, é nosso entendimento que os dados recebidos apresentavam a amplitude e consistência necessárias e adequadas para a realização da presente avaliação e também a desejada atualização. Entretanto, há de se salientar que os resultados e conclusões apresentados são diretamente decorrentes desses.

Procedida a avaliação atuarial, é nosso parecer que o plano de benefícios, na data-base de 31/12/2017, apresentar-se-ia solvente e teria capacidade para honrar os compromissos para com os participantes, quando considerada a reposição de massa (adotada por exigência da Portaria MPS/SPS 403/2008), se implementado o plano de amortização do déficit atuarial verificado e desde que seja observado o plano de custeio estabelecido, as regras de concessão de benefícios e a rentabilidade mínima exigida dos ativos garantidores.

As Provisões deverão ser contabilizadas em conformidade com o plano de contas da Secretaria de Políticas de Previdência Social do MPS.

Com relação ao Plano de Custeio, para o próximo exercício, deverão passar a vigorar as seguintes alíquotas de contribuição para os participantes e para o(s) ente(s) patronal(s):

Quadro Q15 - Alíquotas de Contribuição			
Contribuinte	Normal	Administração	Suplementar
Ente Público	13,00%	2,00%	5,40%
Servidor Ativo	11,00%	Zero	Zero
Servidor Aposentado	11,00%	Zero	Zero
Pensionista	11,00%	Zero	Zero
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público (Normal e Suplementar)	Folha de Salários de contribuição de participantes ativos e participantes em Aux. Doença e Salário Maternidade		
Base de Incidência das Contribuições Normais dos Ativos	Salário de Contribuição		
Base de Incidência das Contribuições Normais dos Aposentados e Pensionistas	Parcela excedente ao teto de contribuição ao RGPS		

Nota: Plano de custeio a ser aplicada no ano de 2019.

A alteração de qualquer parâmetro na concessão de benefícios ou no reajuste dos mesmos, requer prévio estudo atuarial, como meio de se averiguar o impacto da alteração desejada no plano de benefícios e no plano de custeio. A inobservância deste princípio, além de invalidar o plano de custeio definido na

avaliação atuarial, poderá vir a afetar seriamente o RPPS, na medida em que o mesmo poderá assumir compromissos para com os participantes para os quais não exista fonte de custeio prevista e/ou não existam recursos suficientes a médio ou longo prazo.

Por fim, reiteramos sobre a importância de regularidade e pontualidade das receitas de contribuição a serem auferidas pelo RPPS. Quaisquer receitas lançadas e não efetivadas pela(s) patrocinadora(s) ou participantes deverão ser, se possível, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros equivalentes, no mínimo, à taxa média das aplicações do período de atraso, a partir da data em que forem devidas, sem prejuízo de multa e juros moratórios. Isto decorre do fato de que, sendo as contribuições parte integrante do plano de custeio (e responsabilidade assumida pelo(s) entes empregadores(s) e participantes), a falta de repasse ou atraso e sua consequente não incorporação ao Fundo Garantidor de Benefícios, além de inviabilizar o RPPS a médio prazo, resulta em déficit futuro, certo e previsível.

Esclarecemos que, pelos regimes financeiros adotados, o plano de custeio deverá ser reavaliado atuarialmente, pelo menos, anualmente, de forma a garantir a consistência e o equilíbrio técnico do regime.

Cumpra-se observar que na presente avaliação atuarial não foram refletidos impactos de ações judiciais que estejam ou possam vir a serem ajuizadas contra o(s) Ente(s) Patronal(s), contra a própria entidade gestora do RPPS ou seus gestores, ações essas relativas a questões trabalhistas, relativas ao nível dos benefícios já pagos ou a pagar, ou ainda a critérios de concessão.

Belo Horizonte, 27 de junho de 2018.

Maria Luiza Silveira Borges
Atuarial Reg. MTE/MIBA 1.563

Miguel Augusto Barbosa Dianese
Mestre em Administração Financeira
Pós Graduado em Controle Externo pelo TCEMG
Pós Graduado em Finanças pela FGV

Anexos

T01 – Frequência e Folha Mensal de Salários de Contribuição de Ativos, por Idade e Sexo

x	Feminino		Masculino		TOTAL	
	Fx	Folha de Salários de Contribuição	Fx	Folha de Salários de Contribuição	Fx	Folha de Salários de Contribuição
24	2	1.988,31	1	1.474,59	3	3.462,90
25	10	9.935,95	2	1.927,56	12	11.863,51
26	9	9.558,83	1	1.030,70	10	10.589,53
27	3	2.978,87			3	2.978,87
28	9	10.456,81	2	2.121,10	11	12.577,91
29	7	7.208,60	4	4.717,39	11	11.925,99
30	14	16.771,89	1	953,48	15	17.725,37
31	15	18.938,55	3	3.195,87	18	22.134,42
32	19	25.067,11	3	3.055,61	22	28.122,72
33	18	25.762,78	9	14.185,50	27	39.948,28
34	35	52.733,68	7	7.800,44	42	60.534,12
35	24	37.363,67	6	6.595,40	30	43.959,07
36	19	29.507,25	9	13.698,25	28	43.205,50
37	31	43.236,93	12	15.277,45	43	58.514,38
38	34	54.039,92	9	12.872,19	43	66.912,11
39	26	37.419,92	6	11.716,77	32	49.136,69
40	48	82.619,35	5	9.704,84	53	92.324,19
41	27	48.885,74	4	5.285,24	31	54.170,98
42	32	56.645,65	3	7.836,36	35	64.482,01
43	43	83.307,65	7	11.884,51	50	95.192,16
44	38	58.495,23	5	7.203,70	43	65.698,93
45	20	37.291,59	4	4.590,53	24	41.882,12
46	37	61.983,34	5	6.087,55	42	68.070,89
47	26	41.177,50	10	12.663,74	36	53.841,24
48	27	41.437,97	5	6.254,22	32	47.692,19
49	31	45.760,07	7	9.306,31	38	55.066,38
50	19	30.555,15	2	2.496,98	21	33.052,13
51	27	52.347,83	1	1.144,17	28	53.492,00
52	17	23.459,57	2	4.483,63	19	27.943,20
53	20	30.245,43	5	6.448,94	25	36.694,37
54	28	45.955,56	3	3.976,04	31	49.931,60
55	19	36.418,30	7	9.095,32	26	45.513,62
56	15	24.348,57	6	7.568,09	21	31.916,66
57	15	25.543,06	2	2.503,83	17	28.046,89
58	13	23.191,56	2	2.355,28	15	25.546,84
59	9	14.895,66	3	4.119,60	12	19.015,26
60	6	12.694,71	5	10.404,66	11	23.099,37
61	6	9.629,50	2	2.412,30	8	12.041,80
62	2	2.852,71	3	3.509,84	5	6.362,55
63	3	5.068,68			3	5.068,68
64	3	4.558,34	3	3.779,44	6	8.337,78
65	4	6.326,80	2	3.008,29	6	9.335,09
66	1	2.027,60	1	1.338,03	2	3.365,63
68			1	1.388,25	1	1.388,25
70			3	3.173,78	3	3.173,78
72			1	1.264,31	1	1.264,31
Total Geral	811	1.290.692,19	184	255.910,08	995	1.546.602,27

T02 – Frequência e Folha de Aposentados, por Sexo e Idade

x	Feminino		Masculino		TOTAL	
	Fx	Folha de Benefícios	Fx	Folha de Benefícios	Fx	Folha de Benefícios
34	1	937,00			1	937,00
35	1	999,14			1	999,14
37			1	1.600,27	1	1.600,27
38	1	1.016,34			1	1.016,34
40	1	1.448,21	1	1.048,83	2	2.497,04
43			1	952,11	1	952,11
44	1	4.072,03			1	4.072,03
45	1	1.218,10	1	1.433,07	2	2.651,17
46	1	1.690,40			1	1.690,40
47	1	1.124,40	1	1.030,70	2	2.155,10
48	3	3.093,97			3	3.093,97
49	2	2.711,25	1	937,00	3	3.648,25
50	1	1.124,40	1	1.217,64	2	2.342,04
51	5	6.809,96			5	6.809,96
52	3	5.777,82			3	5.777,82
53	8	9.671,93	1	1.329,93	9	11.001,86
54	2	2.608,19	1	1.246,88	3	3.855,07
55	2	1.874,00			2	1.874,00
56	8	12.925,37	1	1.782,35	9	14.707,72
57	7	11.912,27	2	2.197,68	9	14.109,95
58	8	11.608,52			8	11.608,52
59	8	12.286,53	2	2.657,33	10	14.943,86
60	5	7.804,40	4	6.831,61	9	14.636,01
61	10	12.864,96	2	3.176,57	12	16.041,53
62	8	8.815,40	4	7.266,42	12	16.081,82
63	9	14.064,26			9	14.064,26
64	6	7.580,94	3	4.670,26	9	12.251,20
65	8	12.317,85	3	2.934,26	11	15.252,11
66	8	12.151,91			8	12.151,91
67	9	9.953,65	5	6.351,67	14	16.305,32
68	3	2.842,07	3	3.088,75	6	5.930,82
69	5	5.340,90	4	4.657,63	9	9.998,53
70	4	4.062,91	4	5.290,13	8	9.353,04
71	4	4.122,80	3	4.448,46	7	8.571,26
72	3	2.811,00			3	2.811,00
73			2	1.905,07	2	1.905,07
74	2	1.874,00	4	3.748,00	6	5.622,00
75	1	937,00	3	4.801,03	4	5.738,03
76	1	937,00			1	937,00
77	1	1.394,62	2	1.874,00	3	3.268,62
78	2	2.529,90	2	1.874,00	4	4.403,90
79			2	1.874,00	2	1.874,00
81	1	1.592,90			1	1.592,90
Total Geral	155	208.908,30	64	82.225,65	219	291.133,95

T03 – Frequência e Folha de Pensionistas, por Idade e Sexo

x	Feminino		Masculino		TOTAL	
	Fx	Folha de Benefícios	Fx	Folha de Benefícios	Fx	Folha de Benefícios
17			1	937,00	1	937,00
20	2	2.664,15	1	937,00	3	3.601,15
41	1	0,00			1	0,00
45	1	1.424,24	1	937,00	2	2.361,24
46			1	1.135,76	1	1.135,76
47			1	0,00	1	0,00
49	1	937,00			1	937,00
54			1	1.277,96	1	1.277,96
55			2	2.730,13	2	2.730,13
56	1	1.438,57			1	1.438,57
58			1	1.113,76	1	1.113,76
59			1	1.202,15	1	1.202,15
60	1	968,07			1	968,07
62	1	1.012,40			1	1.012,40
63			1	2.165,55	1	2.165,55
65	3	2.853,12			3	2.853,12
66	2	1.874,00			2	1.874,00
68	1	937,00			1	937,00
73	1	937,00			1	937,00
78	1	937,00			1	937,00
79	1	937,00			1	937,00
Total Geral	17	16.919,55	11	12.436,31	28	29.355,86

Escrituração Contábil

Código		Valores	Tipo
2.2.7.2.0.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	R\$ 29.597.615,17	Credora
2.2.7.2.1.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	R\$ 29.597.615,17	Credora
2.2.7.2.1.01.00	Plano Financeiro – Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.01.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.01.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.01.03	(-) Contribuições do Inativo para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.01.04	(-) Contribuição do Pensionista para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.01.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.01.06	(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.01.07	(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.02.00	Plano Financeiro – Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.02.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.02.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.02.03	(-) Contribuições do Ativo para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.02.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.02.05	(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.02.06	(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.03.00	Plano Previdenciário – Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 45.657.444,17	Credora
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 45.657.444,17	Credora
2.2.7.2.1.03.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.03.03	(-) Contribuições do Inativo para o Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.03.04	(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.03.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.03.06	(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários do Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.03.07	(-) Aportes Financeiros para Cobertura do Déficit Atuarial - Plano de Amortização	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.04.00	Plano Previdenciário – Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 63.549.507,13	Credora
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 109.615.925,34	Credora
2.2.7.2.1.04.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 20.282.654,64	Devedora
2.2.7.2.1.04.03	(-) Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 14.873.946,74	Devedora
2.2.7.2.1.04.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 10.909.816,83	Devedora
2.2.7.2.1.04.05	(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.04.06	(-) Aportes para Cobertura do Déficit Atuarial - Plano de Amortização	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.05.00	Plano Previdenciário – Plano de Amortização	R\$ 79.609.336,13	Devedora
2.2.7.2.1.05.98	(-) Outros Créditos do Plano de Amortização	R\$ 79.609.336,13	Devedora
2.2.7.2.1.06.00	Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Financeiro	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.06.01	Provisão Atuarial para Oscilação de Riscos	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.07.00	Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.07.01	Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.07.02	Provisão Atuarial para Oscilação de Riscos	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.07.03	Provisão Atuarial para Benefícios a Regularizar	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.07.04	Provisão Atuarial para Contingências de Benefícios	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.07.98	Outras Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	R\$ 0,00	Credora
Resultado das contas da Geração Futura		R\$ 2.083.244,32	Devedora
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS, relativas à geração futura		(R\$ 34.228.368,90)	Credora
(-) Contribuições futuras para o Plano Previdenciário do RPPS, relativas à geração futura		R\$ 36.311.613,22	Devedora

Demonstrativo da Projeção Atuarial de Receitas e Despesas (RREO-Anexo 10-LRF, art. 53, § 1º, II)

MUNICÍPIO DE POMPÉU - ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 A 2092

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)		R\$ 1,00 Nota: GERAÇÃO FUTURA NÃO considerada		
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a - b)	(d) = ("d" exerc Anterior) + (c)
2018	7.790.399,29	5.609.807,28	2.180.592,02	31.698.285,26
2019	8.003.390,17	5.619.276,31	2.384.113,86	34.082.399,12
2020	8.315.337,21	6.543.536,47	1.771.800,74	35.854.199,86
2021	8.890.797,49	6.875.306,29	2.015.491,20	37.869.691,07
2022	9.468.335,73	7.328.758,63	2.139.577,11	40.009.268,17
2023	10.054.334,39	7.837.797,03	2.216.537,36	42.225.805,53
2024	10.618.919,73	8.567.992,57	2.050.927,15	44.276.732,68
2025	11.219.461,04	9.029.217,74	2.190.243,30	46.466.975,98
2026	11.855.596,48	9.350.087,67	2.505.508,82	48.972.484,80
2027	12.448.511,37	10.145.340,20	2.303.171,18	51.275.655,98
2028	13.095.109,82	10.536.008,73	2.559.101,10	53.834.757,07
2029	13.720.782,88	11.222.903,21	2.497.879,67	56.332.636,74
2030	14.364.409,36	11.790.354,89	2.574.054,47	58.909.691,21
2031	15.021.136,66	12.342.972,25	2.678.164,41	61.584.855,63
2032	15.645.424,79	13.193.593,54	2.451.831,26	64.036.686,88
2033	16.265.445,94	14.001.123,75	2.264.322,19	66.301.009,07
2034	16.872.094,58	14.904.896,13	1.967.198,45	68.268.207,53
2035	17.317.518,91	16.821.429,69	496.089,22	68.764.296,75
2036	17.799.552,19	17.897.163,49	(-97.611,31)	68.666.685,44
2037	18.344.592,41	18.289.472,27	55.120,15	68.721.805,58
2038	18.885.703,57	18.800.732,14	84.971,42	68.806.777,01
2039	19.424.681,42	19.356.288,75	68.392,67	68.875.169,67
2040	19.961.170,66	19.964.178,04	(-3.007,38)	68.872.162,29
2041	20.495.409,93	20.584.947,28	(-89.537,34)	68.782.624,95
2042	21.101.707,23	20.714.583,35	387.123,88	69.169.748,83
2043	21.741.713,55	20.828.584,25	913.129,31	70.082.878,14
2044	22.390.173,65	21.122.372,76	1.267.800,90	71.350.679,03
2045	23.082.838,45	21.291.649,09	1.791.189,37	73.141.868,40
2046	6.452.783,25	21.104.942,10	(-14.652.158,85)	58.489.709,55
2047	5.469.960,33	20.923.879,51	(-15.453.919,18)	43.035.790,37
2048	4.460.296,78	20.558.495,39	(-16.098.198,61)	26.937.591,76
2049	3.407.351,77	20.169.588,59	(-16.762.236,82)	10.175.354,94
2050	2.311.188,95	19.755.262,63	(-17.444.073,69)	(-7.268.718,74)
2051	1.619.703,12	19.228.374,49	(-17.608.671,38)	(-24.877.390,12)
2052	1.549.728,33	18.591.567,56	(-17.041.839,22)	(-41.919.229,34)
2053	1.482.998,70	17.897.677,99	(-16.414.679,29)	(-58.333.908,64)
2054	1.412.208,61	17.195.010,29	(-15.782.801,67)	(-74.116.710,31)
2055	1.337.919,82	16.483.608,88	(-15.145.689,06)	(-89.262.399,37)
2056	1.263.723,04	15.745.440,44	(-14.481.717,40)	(-103.744.116,77)
2057	1.192.624,70	14.967.535,01	(-13.774.910,31)	(-117.519.027,08)
2058	1.121.198,09	14.175.336,96	(-13.054.138,87)	(-130.573.165,95)
2059	1.049.786,21	13.372.116,64	(-12.322.330,43)	(-142.895.496,38)
2060	978.745,83	12.561.496,09	(-11.582.750,26)	(-154.478.246,64)
2061	908.441,85	11.747.418,16	(-10.838.976,31)	(-165.317.222,96)
2062	839.243,39	10.934.127,36	(-10.094.883,98)	(-175.412.106,93)
2063	771.517,45	10.126.134,38	(-9.354.616,94)	(-184.766.723,87)
2064	705.621,54	9.328.145,54	(-8.622.524,00)	(-193.389.247,87)
2065	641.896,35	8.544.935,83	(-7.903.039,48)	(-201.292.287,35)
2066	580.659,15	7.781.243,40	(-7.200.584,26)	(-208.492.871,60)
2067	522.196,18	7.041.673,96	(-6.519.477,78)	(-215.012.349,39)
2068	466.758,69	6.330.616,28	(-5.863.857,58)	(-220.876.206,97)
2069	414.558,09	5.652.131,14	(-5.237.573,05)	(-226.113.780,02)
2070	365.761,33	5.009.851,13	(-4.644.089,80)	(-230.757.869,82)
2071	320.489,05	4.406.882,07	(-4.086.393,02)	(-234.844.262,84)
2072	278.813,58	3.845.711,79	(-3.566.898,21)	(-238.411.161,05)
2073	240.756,30	3.328.147,98	(-3.087.391,68)	(-241.498.552,73)
2074	206.288,89	2.855.271,21	(-2.648.982,33)	(-244.147.535,05)
2075	175.336,97	2.427.414,18	(-2.252.077,21)	(-246.399.612,26)
2076	147.783,82	2.044.174,46	(-1.896.390,64)	(-248.296.002,91)
2077	123.476,88	1.704.478,16	(-1.581.001,28)	(-249.877.004,19)
2078	102.233,60	1.406.637,91	(-1.304.404,31)	(-251.181.408,50)
2079	83.847,17	1.148.427,82	(-1.064.580,65)	(-252.245.989,15)
2080	68.093,12	927.172,97	(-859.079,85)	(-253.105.069,00)
2081	54.734,48	739.850,42	(-685.115,94)	(-253.790.184,94)
2082	43.527,37	583.214,73	(-539.687,36)	(-254.329.872,30)
2083	34.228,30	453.923,95	(-419.695,64)	(-254.749.567,95)
2084	26.600,10	348.631,99	(-322.031,89)	(-255.071.599,83)
2085	20.416,31	264.072,82	(-243.656,51)	(-255.315.256,35)
2086	15.465,27	197.145,67	(-181.680,40)	(-255.496.936,75)
2087	11.552,74	144.972,25	(-133.419,51)	(-255.630.356,26)
2088	8.503,35	104.936,53	(-96.433,19)	(-255.726.789,44)
2089	6.161,39	74.718,25	(-68.556,86)	(-255.795.346,30)
2090	4.390,29	52.295,94	(-47.905,65)	(-255.843.251,95)
2091	3.072,01	35.941,41	(-32.869,40)	(-255.876.121,36)
2092	2.106,93	24.219,34	(-22.112,41)	(-255.898.233,77)

Fonte: Resultados da Avaliação Atuarial

Notas: (1) Projeção Atuarial constante da Avaliação Atuarial
(2) Hipóteses e Parâmetros Básicos:

Geração Futura: NÃO considerada	Receita Financeira: considerada
Plano de Amortiz: considerado	Auxílios Previden.: considerados
Tábua de Mortalidade Geral: AT-1983-Male	Taxa Real de Juros: 6,00%
Tábua de Mortalidade de Invalídios: IBGE-2016-Ambos	Crescimento Real do Teto do RGPS: 0,15%aa
Tábua de Entrada em Invalidez: ALVAROVINDAS	Crescimento PIB: zero Crescimento Vegetativo: zero
Crescimento Real de salários: 1,00% aa	Crescimento Real de benefícios: 0,16% aa

Categoria	Massa Salarial	Frequencia	Idade Média
Ativos	R\$ 1.546.602,27	995	44
Aposentados	R\$ 290.669,65	219	62
Pensionistas	R\$ 29.355,86	28	53

MUNICÍPIO DE POMPÉU - ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 A 2092

RRRO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00 Nota: GERAÇÃO FUTURA NÃO considerada

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a - b)	(d) = ("d" exerc Anterior) + (c)
2093	1.412,91	15.970,13	(-14.557,23)	(-255.912.791,00)
2094	923,52	10.277,07	(-9.353,55)	(-255.922.144,55)
2095	586,02	6.431,14	(-5.845,12)	(-255.927.989,67)
2096	359,21	3.895,35	(-3.536,13)	(-255.931.525,80)
2097	211,46	2.270,92	(-2.059,46)	(-255.933.585,26)
2098	118,79	1.266,44	(-1.147,64)	(-255.934.732,91)
2099	63,21	670,68	(-607,47)	(-255.935.340,38)
2100	31,51	333,65	(-302,14)	(-255.935.642,52)
2101	14,50	153,52	(-139,02)	(-255.935.781,54)
2102	6,04	64,06	(-58,03)	(-255.935.839,57)
2103	2,22	23,67	(-21,45)	(-255.935.861,01)
2104	0,70	7,50	(-6,80)	(-255.935.867,81)
2105	0,18	1,95	(-1,77)	(-255.935.869,58)
2106	0,04	0,39	(-0,35)	(-255.935.869,93)
2107	0,00	0,05	(-0,05)	(-255.935.869,97)
2108	0,00	0,00	(-0,00)	(-255.935.869,98)
2109	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2110	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2111	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2112	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2113	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2114	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2115	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2116	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2117	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2118	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2119	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2120	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2121	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2122	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2123	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2124	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2125	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2126	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2127	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2128	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2129	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2130	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2131	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2132	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2133	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2134	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2135	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2136	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2137	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2138	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2139	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2140	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2141	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2142	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2143	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2144	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2145	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2146	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2147	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2148	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2149	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2150	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2151	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2152	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2153	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2154	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2155	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2156	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2157	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2158	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2159	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2160	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2161	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2162	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2163	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2164	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2165	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2166	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)
2167	0,00	0,00	0,00	(-255.935.869,98)

Fonte: Resultados da Avaliação Atuarial

Notas: (1) Projeção Atuarial, constante da Avaliação Atuarial, elaborada com as hipóteses e parâmetros básicos abaixo.

Geração Futura: NAO considerada

Receita Financeira: considerada

Plano de Amortiz.: considerado

Auxílios Previden.: considerados

Tábua de Mortalidade Geral: AT-1983-Male

Taxa Real de Juros: 6,00%

Tábua de Mortalidade de Inválidos: IBGE-2016-Ambos

Crescimento Real do Teto do RGPS: 0,15% aa

Tábua de Entrada em Invalidez: ALVAROVINDAS

Crescimento PIB: zero Crescimento Vegetativo: zero

Crescimento Real de salários: 1,00% aa

Crescimento Real de benefícios: 0,16% aa

Categoria	Massa Salarial	Frequencia	Idade Média
Ativos	R\$ 1.546.602,27	995	44
Aposentados	R\$ 290.669,65	219	62
Pensionistas	R\$ 29.355,86	28	53